

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE/FURG
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO/PROGRAD
FACULDADE DE DIREITO/FADIR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
CURSO DE DIREITO**



DIREITO

RIO GRANDE, AGOSTO DE 2021

Núcleo Docente Estruturante Curso de Direito

Prof. Dr. Felipe Franz Wienke – Coordenador do Curso de Direito

Prof. Dr. Marcelo Eibs Cafrune – Coordenador Adjunto do Curso de Direito

Prof^ª Dra. Simone de Biazzi – Supervisora de Estágio

Prof. Dr. Luciano Vaz Ferreira – Supervisor de Trabalho de Conclusão de Curso

Prof. Me. Jaime John – Supervisor de Atividades Complementares

Prof^ª Dra. Elisa Celmer – integrante do NDE

Prof. Dr. Rafael Ferreira – integrante do NDE

Prof. Dr. Eduardo Pitrez de Aguiar Corrêa – integrante do NDE

Prof. Dra Liane Francisca Hüning Pazinato- integrante do NDE

SUMÁRIO

1. Apresentação

- 1.1 O Município do Rio Grande, o Projeto Político Institucional/PPI e o Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI da Universidade Federal do Rio Grande/FURG.
- 1.2 Histórico e Contextualização do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande/FURG.
- 1.3 Justificativa para a Reforma Curricular

2. Identificação do curso

- 2.1 Data da entrada e vigor do presente Projeto Pedagógico do Curso de Direito
- 2.2 Tempo Mínimo e Máximo de Integralização do Curso
- 2.3 Regime Acadêmico
- 2.4 Carga Horária Total do Curso
- 2.5 Oferta do Curso e Ingresso
- 2.6 Local de Oferecimento
- 2.7 Administração do Curso de Direito
- 2.8 Perfil do Corpo Docente

3. Organização Didático-Pedagógica

- 3.1 Vocação, missão, visão e diretrizes do Curso
- 3.2 Perfil do Ingressante
- 3.3 Perfil do Egresso
- 3.4 Competências e Habilidades
- 3.5 Concepções e Princípios Norteadores do Projeto Pedagógico do curso de Direito.
- 3.6 Políticas e Estratégias Pedagógicas do Curso de Direito
 - a) Estratégia de adoção de Metodologias Pedagógicas Ativas
 - b) Das estratégias para realização da interdisciplinaridade
 - c) Da flexibilidade curricular
 - d) Da Política de Mobilidade acadêmica

- e) Da Política de Atividades Complementares
- f) Do Trabalho de Curso e Do incentivo à Pesquisa e à Produção Acadêmica
- g) Da Política de Extensão
- h) Da Política de Inovação
- i) Da Prática Jurídica como componente curricular obrigatório – Do Laboratório de Prática Jurídica Social/LPJS
- j) Da integração entre o Curso de Direito e os Cursos de Pós- Graduação da FaDir
- k) Dos instrumentos de avaliação do Ensino e Aprendizagem
- l) Da Política de Autoavaliação do Curso de Direito
- m) Do tratamento transversal das políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos, de educação para a terceira idade, de educação em políticas de gênero, de educação das relações étnico raciais e histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena.

3.7 Relação de Disciplinas do Curso de direito

3.7.1 Relação das Disciplinas Obrigatórias

3.7.2 Relação das Disciplinas Optativas

4. Plano de Implantação do Curso

4.1 Previsão de início da implantação.

4.2 Plano de oferta das disciplinas obrigatórias que serão excluídas do QSL do novo Projeto Pedagógico de Curso de Direito

4.3 Plano de Equivalências

1. APRESENTAÇÃO

1.1 O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, O PROJETO POLÍTICO INSTITUCIONAL/PPI E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL/PDI DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE/FURG

O curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande está sediado na cidade de Rio Grande/RS, região sul do Estado do Rio Grande do Sul. É a cidade mais antiga do Estado, fundada em 19 de fevereiro de 1737, na margem sul do estuário que conduz ao oceano as águas da Laguna dos Patos e seus afluentes.

O município de Rio Grande, com uma área territorial de 2.709,52 Km², está localizado na Planície Costeira Sul do Estado do Rio Grande do Sul e sua população estimada no ano de 2020 é de 211.965 habitantes, com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,744 segundo dados do IBGE acessados em agosto de 2021¹.

Situado na Aglomeração Urbana do Sul, Rio Grande possui histórica relevância econômica, política e social nesta região. Esta Aglomeração Urbana é considerada uma região de características metropolitanas e abrange as seguintes cidades: Arroio do Padre, Capão do Leão, Pelotas, Rio Grande e São José do Norte, que juntas possuem uma população estimada (IBGE, 2020) em 611.178 habitantes.

Ano de criação	Municípios	População Total	Área	Densidade Demográfica	Taxa de Urbanização
		2020 (1) (habitantes)	2019 (2) (km ²)	2020 (hab/km ²)	2010 (3) (%)
1990	Aglomeração Urbana do Sul	611.178	6.299	97,0	92,70
	Arroio do Padre	2.951	124,7	23,67	16,63
	Capão do Leão	25.409	783,6	32,42	92,11
	Pelotas	343.132	1.609,7	213,16	93,27
	Rio Grande	211.965	2.709,4	78,23	96,05
	São José do Norte	27.721	1.071,8	25,86	68,16

Figura 1: dados demográficos da Aglomeração Urbana do Sul.

¹ Informações extraídas do site IBGE Cidades (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/rio-grande/panorama>). Consulta em 03/08/2021.

Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Disponível em:
<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>

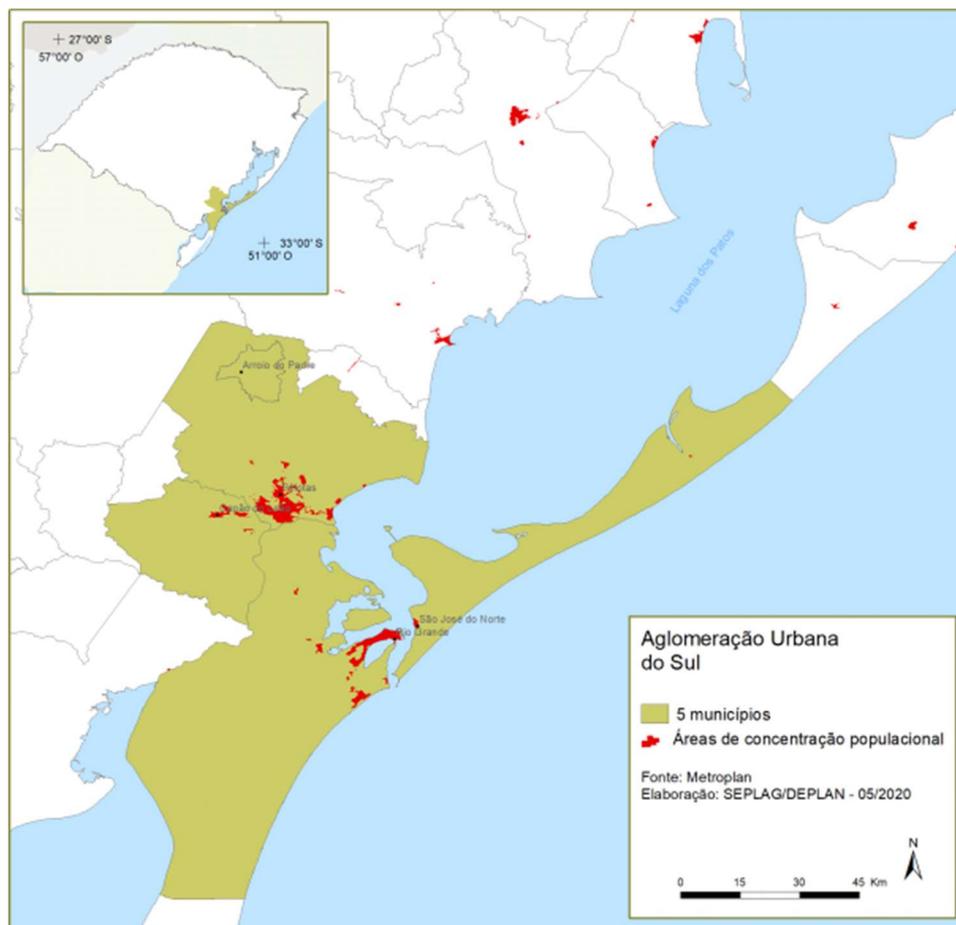


Figura 2: Território e concentração urbana da Aglomeração Urbana do Sul.

Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul Disponível em: Disponível em:
<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>

Economicamente, o Município se destaca pela sua atividade portuária, agricultura, pesca artesanal, indústria e comércio. O Porto do Rio Grande é a maior via de transporte para escoamento e exportação da produção estadual, concentrando em seu entorno, importantes centros de transferência de cargas². Tais atividades contribuem de

² “O cais público, chamado de Porto Novo, com 31 pés e 2km de extensão, oferece excelente disponibilidade de atracação. É referência para os países do MERCOSUL e também o principal elo de multimodalidade do RS, fazendo com que parte do sistema rodoviário e ferroviário gaúcho tenha a região como ponto de entroncamento. (...) Está consolidado como o segundo maior porto brasileiro em movimentação de contêineres e o terceiro em movimentação de cargas, com volume geral que, em 2019, chegou a 41,3 milhões de toneladas.” (RIO GRANDE DO SUL. Atlas..., 2021, p. 30).

maneira significativa para que Rio Grande seja um dos municípios com maior participação no PIB estadual (RIO GRANDE DO SUL, Atlas..., 2021).

Seu território apresenta, outrossim, complexa biodiversidade. No Município do Rio Grande está localizada a Estação Ecológica do Taim, além de duas unidades de conservação municipais: a APA Lagoa Verde e o Parque Urbano do Bolaxa.

O Município do Rio Grande possui significativa oferta de serviços públicos no âmbito do Poder Judiciário, com instalações do foro da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, foro da Justiça Estadual do Rio Grande do Sul e, igualmente, da Justiça do Trabalho. Soma-se a isso, um extenso rol de instituições ligadas à defesa do meio ambiente, da promoção da cidadania e dos direitos humanos, da efetivação do acesso à Justiça, da segurança pública, etc.

Embora sediado no Município de Rio Grande, o Curso de Direito possui uma inserção regional, com o desenvolvimento de projetos que incluem os municípios da região. Nesse sentido, menciona-se os projetos de extensão desenvolvidos nos municípios de São José do Norte e Santa Vitória do Palmar, ambos limítrofes à Rio Grande.

A Universidade Federal do Rio Grande teve sua autorização de funcionamento em 1969, através do decreto-lei 774, com a fusão de outras unidades de ensino superior já existentes na cidade.

A Universidade Federal do Rio Grande/FURG definiu no Projeto Político Institucional/PPI, aprovado pela Deliberação 016/2011 do Conselho Universitário/CONSUN, como sua vocação o *compromisso socioambiental e seu alinhamento com o desenvolvimento local, regional, nacional e global, envolvendo todas as áreas do conhecimento* (FURG, 2011, p. 4). Nessa linha,

A criação e implementação de políticas para a formação inicial e continuada; a abordagem interdisciplinar da complexidade ambiental; a demanda por soluções tecnológicas de produtos e processos inovadores; a necessidade da nação em produzir tecnologias sociais, com vistas à redução das desigualdades, se integram de forma plena à filosofia e vocação da FURG, indicando a necessidade de abordagens multidisciplinares, bem como o crescimento e desenvolvimento nas áreas de: Ciências Biológicas; Agrárias; Exatas e da Terra; Saúde; Humanas; Sociais Aplicadas, Engenharias, e Linguística, Letras e Artes (IBID, p. 4).

A missão da FURG se traduz na busca pela educação de excelência, buscando-se formar profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento humano e a melhoria da qualidade socioambiental. A visão institucional propõe a consolidação da sua imagem nacional e internacional como referência em educação, desenvolvimento tecnológico e estudo dos ecossistemas costeiros e oceânicos.

Dentre as diretrizes estabelecidas pelo Projeto Político Institucional, há que se salientar alguns aspectos que se relacionam com o ensino jurídico proposto neste Projeto Pedagógico de Curso/PPC, como, entre outros, a

- formação comprometida com as questões socioambientais e o desenvolvimento humano, científico e tecnológico;
- a formação de profissionais com autonomia para administrar seus conhecimentos e saberes e para tomar decisões éticas, solidárias e justas, participando ativamente na sociedade;
- a consolidação como referência nacional e internacional no ensino, na pesquisa e na extensão;
- a integração da ciência e da tecnologia, em relação dialógica com a sociedade;
- a valorização dos saberes populares para a produção de conhecimentos (FURG, 2011, p. 5-6).

Os objetivos estratégicos definidos pelo PPI também são recepcionados por este PPC e norteiam as ações pedagógicas de ensino jurídico a serem desenvolvidas pelos atores envolvidos no Curso. Salientam-se a defesa da autonomia e da democratização do ensino superior público; a consolidação da Instituição *como referência nacional e internacional no ensino, na pesquisa e na extensão*; o fomento de *ações de ensino, pesquisa e extensão, visando à produção de conhecimento, tecnologia e inovação, em benefício de uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável*; a implementação de ações que *contribuam na definição de políticas públicas de desenvolvimento social, valorizando o potencial humano, em um ambiente que respeite as diferenças e as identidades étnico-culturais*; o desenvolvimento de *estratégias de prospecção e condução de pesquisas tecnológicas e mecanismos de transferência de tecnologia*; a *intensificação de ações de cooperação entre a Universidade e os municípios da região e*

a priorização de *ações pedagógicas comprometidas com o princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na formação dos estudantes* (FURG, 2011, p. 11).

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito também se articula com os eixos de atuação definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI 2019/2022, aprovado pela deliberação 027/2018 do CONSUN. As estratégias previstas nos eixos Ensino de Graduação (I), Pesquisa (III), Inovação e Tecnologia (IV), Extensão (V) e Cultura são incorporados na reforma curricular ora aprovada, buscando-se aprofundar a articulação entre o Projeto Pedagógico do Curso de Direito e os objetivos referidos nos eixos do PDI.

1.2 HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE/FURG

A Faculdade de direito Clóvis Beviláqua foi criada em 1960 (Decreto 47.738), vinculada à Universidade Católica de Pelotas. Em 1969, a Faculdade foi incorporada pela Universidade Federal do Rio Grande, com a criação do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais. No ano de 2008, a partir da Reforma Administrativa, passou a ser denominada Faculdade de Direito. Atualmente a Unidade possui, além do Curso de Direito, um Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, um Curso de Especialização em Prática Jurídica Social/Residência Jurídica, um curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos e um Curso de Mestrado em Direito e Justiça Social/PPGDJS.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito em vigência até o ano de 2021 foi instituído em 2012, através da Deliberação 039 do Conselho de Pesquisa, Ensino, Extensão e Administração/COEPEA³. O Curso passou por dezesseis alterações curriculares, as quais alteraram o Quadro de Sequência Lógico/QSL de disciplinas optativas em aspectos substanciais, mantendo, no entanto, a carga horária total do curso (3900 horas).

O Curso de Direito está sediado no Campus Carreiros, sede da Universidade Federal do Rio Grande, onde estão localizadas a Direção da Faculdade de Direito, a Coordenação do Curso de Direito, a secretaria acadêmica do Curso de Direito, a biblioteca

³ Deliberação disponível em <https://conselhos.furg.br/deliberacoes/coepea/pleno/2012/deliberacao-039-2012>. Consulta em 02/08/2021.

central da Universidade (que abarca o acervo de obras jurídicas), o Laboratório de Informática/LINJUR, as salas de aula de oferta das disciplinas do Curso de Direito, as salas de permanência dos professores, além das salas dos projetos, dos laboratórios e dos auditórios utilizados para os eventos desenvolvidos no âmbito do Curso.

O Curso de Direito também possui um espaço situado no centro da cidade de Rio Grande (Rua Luiz Lorea, nº 261), onde está instalado o Escritório Modelo de Assessoria Jurídica/EMAJ.

Atualmente, o Curso de Direito possui 31 professores efetivos, cerca de 570 alunos e uma equipe de servidores composta por seis Técnicos Administrativos em Educação/TAEs.

1.3 JUSTIFICATIVA PARA A REFORMA CURRICULAR

Desde a aprovação do PPC 2012, o curso de Direito passou por 16 alterações curriculares, abarcando sobretudo a criação e extinção de disciplinas e alterações de pré-requisitos. O Projeto também passou por reformas significativas, sobretudo no campo da Prática Jurídica, da elaboração e desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso e na ampliação da oferta de disciplinas optativas.

Em 2018, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação/CNE instituiu, através da Resolução CNE/CES nº 05/2018, as novas diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Direito, mobilizando as discussões acerca da reforma do Projeto Pedagógico. Também em 2018, o Conselho Nacional de Educação publicou a Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, estabelecendo diretrizes para a extensão no Ensino Superior Brasileiro, inclusive de sua curricularização nos cursos de graduação.

A partir do ano de 2019, o Núcleo Docente Estruturante/NDE manteve um cronograma de discussões acerca do novo currículo do Curso, culminando com a presente proposta.

O Conselho Nacional de Educação, através da Resolução CNE/CES nº 02/2021, de 19 de abril de 2021, trouxe novas alterações às Diretrizes Curriculares Nacionais, as quais também são incorporadas pelo presente Projeto Pedagógico.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 DATA DA ENTRADA EM VIGOR DO PRESENTE PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

O Presente Projeto Pedagógico de Curso entrará em vigência a partir do ano letivo 2022 da Universidade Federal do Rio Grande. Todos os(as) alunos(as) ingressantes no curso de Direito a partir de 2022 serão direcionados aos novos Quadros de Sequência Lógicos/QSLs criados. Os(as) estudantes que ingressaram anteriormente a 2022 permanecerão nos QSLs 052121 (Direito Diurno) e 051121 (Direito Noturno) até o ano letivo 2025, quando ocorrerá a migração total da comunidade discente para os novos QSLs⁴.

2.2 TEMPO MÍNIMO E MÁXIMO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

Os elementos curriculares obrigatórios do Curso de Direito devem ser integralizados pelos estudantes no período mínimo de 10 semestres e no período máximo de 16 semestres.

Os procedimentos de jubilação dos(as) estudantes respeitarão as regras gerais da Universidade, atualmente previstas na Deliberação 060/99 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/COEPE⁵.

2.3 REGIME ACADÊMICO

O regime de disciplinas é o regime acadêmico por disciplinas, compreendendo tanto disciplinas semestrais como disciplinas anuais.

⁴ Importante registrar que o sistema da Universidade registra dois números distintos de Quadros de Sequência Lógicos para o Curso de Direito (um QSL para o Direito Diurno e outro QSL para o direito noturno). No entanto, ambos os QSLs são idênticos e atendem às disposições deste Projeto Pedagógico de Curso.

⁵ Deliberação 066/90 do COEPE disponível em <https://conselhos.furg.br/deliberacoes/coepe/plenario/1999/deliberacao-060-1999>. Acesso em 02/08/2021.

2.4 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

O Curso de Direito possui uma carga horária total de 3725 horas, distribuídos entre os seguintes elementos curriculares obrigatórios:

- a) Disciplinas obrigatórias: 3195 horas
- b) Disciplinas optativas: 180 horas
- c) Atividades de extensão: 420 horas (sendo 120 horas em atividades de extensão de livre escolha; e 300 horas de extensão realizadas no âmbito das disciplinas de Prática Jurídica Social I e Prática Jurídica Social II – computadas como disciplinas obrigatórias, totalizando 420 horas de extensão)⁶
- d) Atividades complementares 205 horas

Carga horária total curso: 3700 horas

2.5 OFERTA DO CURSO E INGRESSO

O Curso de Direito possui uma organização curricular mista de disciplinas anuais e semestrais. O ingresso dos(as) estudantes se dá no primeiro semestre letivo de cada ano, através de duas turmas distribuídas nos seguintes termos:

Turma	Turno predominante	Vagas
A	Manhã	55
B	Noite	55

Destaca-se que a oferta das disciplinas teóricas obrigatórias se dará em turnos predominantes. A carga horária relativa às disciplinas de prática real, denominadas de Prática Jurídica Social I e Prática Jurídica Social II, são ofertadas em turnos distintos. As disciplinas optativas também podem ser ofertadas em outros turnos, embora o novo

⁶ A curricularização da extensão está em processo de implementação na Universidade, sendo que a deliberação própria está pendente de aprovação nos órgãos competentes.

Quadro Sequencial Lógico apresente uma estrutura que permitirá, no 5º ano do QSL, a oferta de disciplinas optativas no mesmo turno da turma de ingresso (sem conflito de horários).

O ingresso dos estudantes se dá predominantemente através do Sistema de Seleção Unificado/SiSU (110 vagas), o qual utiliza 100% da nota obtida no Exame Nacional do ensino Médio/ENEM, como forma de seleção dos(as) candidatos(as).

A Universidade aprovou em 2013, através da resolução 020 do COEPEA, o Programa de Ações Afirmativas/PROAAf, estabelecendo a reserva de 5% das vagas ofertadas na graduação para alunos com deficiência.

Além do SiSU, a FURG disponibiliza outros processos seletivos específicos para estudantes indígenas e quilombolas, organizados pela Comissão Permanente do Processo Seletivo/COPERSE, vinculada à PROGRAD. O Curso de Direito comumente disponibiliza vagas para tais processos seletivos, as quais se somam às 110 vagas ofertadas anualmente via SiSU.

Saliente-se ainda a possibilidade de ingresso mediante Processo Seletivo de Vagas Ociosas/PSVO, instrumento de seleção coordenado pela Pró-Reitoria de Graduação/PROGRAD possibilitando a seleção de candidatos quando os Cursos de Graduação da Universidade apresentam vagas ociosas.

2.6 LOCAL DE OFERECIMENTO

O Curso de Direito é ofertado predominantemente no Campus Carreiros da Universidade Federal do Rio Grande. Atualmente as aulas das disciplinas do curso são ofertadas prioritariamente nas salas do pavilhão 6 do Campus Carreiros, localizado próximo à secretaria acadêmica e à sala da coordenação do Curso de Direito. As salas de permanência dos professores, o Laboratório de Informática/LINJUR, as salas dos grupos de pesquisa e a Biblioteca Central também estão situadas num raio de 100 metros de distância, facilitando o desenvolvimento das atividades pela comunidade acadêmica.

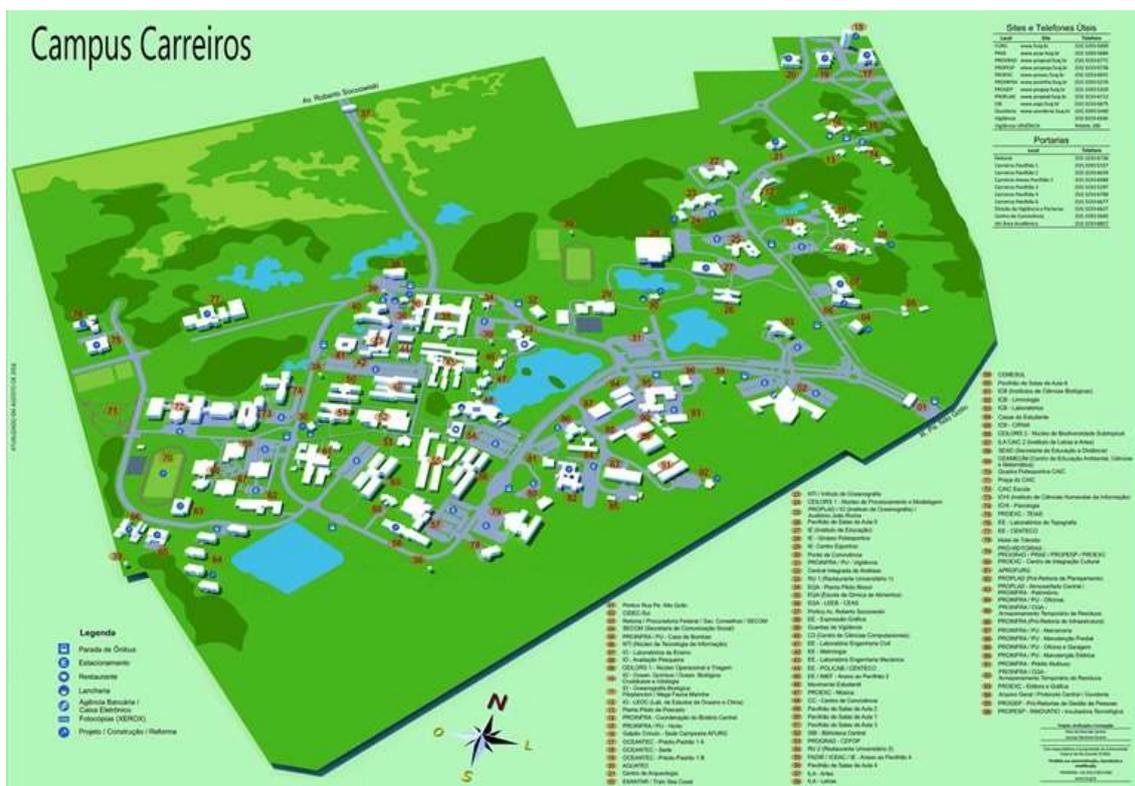


Figura 3 - mapa ilustrativo do Campus Carreiros (2016)

Fonte: <https://proinfra.furg.br/mapa-do-campus.html> Acesso em 09/08/2021.

Salienta-se que as disciplinas obrigatórias de Prática Jurídica Social I e Prática Jurídica Social II, assim como a disciplina optativa Práticas Avançadas de Métodos Autocompositivos em Resolução de Conflitos, são desenvolvidas no Escritório Modelo de Assessoria Jurídica/EMAJ, o qual está atualmente localizado no centro da cidade, em prédio próprio da Universidade. Neste espaço também são desenvolvidos alguns dos projetos de extensão coordenados por docentes do Curso de Direito, além das atividades do Curso de Especialização em Prática Jurídica Social/Residência Jurídica.

Ainda, somando-se às estruturas exclusivas da Faculdade de Direito, a Universidade dispõe de uma série de equipamentos de uso frequente pela comunidade do curso de Direito, como o Centro Integrado de Desenvolvimento Costeiro e Oceânico - Cidec-Sul, o auditório da Secretaria de Educação à Distância, o Centro de Convivência, entre outros. Em breve, a Universidade contará também com o prédio TEIAS, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão de Extensão e Cultura, planejado para abrigar atividades de todos os cursos.

2.7 ADMINISTRAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

A Coordenação do Curso de Direito é composta por um(a) professor(a) coordenador(a) e um(a) professor(a) coordenador(a) adjunto(a), nos termos do artigo 45 do Regimento Geral da FURG (Resolução 015/2009 do Conselho Universitário⁷). A Coordenação, responsável pela organização e desenvolvimento didático-pedagógico do Curso, tem suas atribuições estabelecidas pelo artigo 46 da Regimento Geral da Universidade, além de outras definidas pelo Regimento da Faculdade de Direito⁸.

A Coordenação do Curso de Direito conta com três supervisões: a Supervisão de Atividades Complementares, a Supervisão de Trabalho de Curso e a Supervisão de Estágio, as quais são nomeadas e têm encargos definidos nos termos do Regimento da Faculdade de Direito.

Dois órgãos colegiados participam da administração do Curso de Direito: o Núcleo Docente Estruturante/NDE e a Câmara do Curso de Graduação em Direito do Conselho da Faculdade de Direito.

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito atua na concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico, tendo competência privativa para propor à Câmara do Curso de Graduação em Direito do Conselho da Faculdade de Direito deliberações relativas às políticas pedagógicas gerais do Curso. O NDE é presidido pelo(a) Coordenador(a) do Curso e atende às diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração/COEPEA (Deliberação COEPEA 088/2016⁹) e pelo Conselho da Faculdade de Direito (Deliberação 05/2017 do Conselho da FaDir¹⁰).

A Câmara do Curso de Graduação em Direito do Conselho da Faculdade de Direito é composta pela Coordenação do Curso de Direito (Coordenador e Coordenador-Adjunto), pelos Supervisores de Atividades do Curso, por um membro representante

⁷ Regimento Geral da FURG disponível em <https://conselhos.furg.br/regimentos/regimento-geral>. Acesso em 02/08/2021.

⁸ Regimento da Faculdade de Direito disponível em https://direito.furg.br/images/stories/NORMAS_FADIR/Regimento_FaDir.pdf. Acesso em 02/08/2021.

⁹ Deliberação 088/2016 do COEPEA disponível em <https://conselhos.furg.br/arquivos/coepea-deliberacoes-pleno/2016/08816.pdf>. Consulta em 02/08/2021.

¹⁰ Deliberação 05/2017 disponível em <https://direito.furg.br/images/stories/Arquivosfadir/Deliberacao-CONFADIR-05---Camaras.pdf>. Consulta em 02/08/2021.

docente e um membro representante discente. No entanto, todos os docentes efetivos lotados na sede do Curso possuem direito à voz e voto nas Reuniões da Câmara, conforme Deliberação 005/2017 do Conselho da FaDir. Cabe à Câmara do Curso de Direito deliberar sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Direito, bem como as propostas de alterações apresentadas pelo Núcleo Docente Estruturante.

2.8. PERFIL DO CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso de Direito é formado por servidores(as) com vínculo estatutário com a Universidade Federal do Rio Grande, majoritariamente em regime de trabalho de 40 horas, com dedicação exclusiva. Eventualmente, professores substitutos e professores visitantes, com vínculo temporário, também podem ser contratados, conforme estabelecido pela lei 8.745/1993.

Dos atuais 31 professores do corpo docente, a totalidade das professoras e quase a totalidade dos professores possuem titulação de doutorado. Este dado é resultado de uma política de longo prazo de qualificação e de formação continuada de professores, que tiveram apoio institucional para, quando necessário, realizarem sua formação com afastamento, bem como para a prioridade na seleção de professores doutores.

Destaca-se que o corpo docente demonstra o comprometimento com atividades de iniciação científica e de pesquisa. 24 professores possuem atuação em Cursos de Pós-Graduação, notadamente no Curso de Especialização em Prática Jurídica Social/Residência Jurídica (*lato sensu*), no Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social/PPGDJS (*stricto sensu*) e no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental/PPGEA (vinculado ao Instituto de Educação/IE). Além do mais, salienta-se que todos os(as) professores(as) ofertam vagas de orientação para o Trabalho de Curso.

Do mesmo modo, grande parte dos docentes se envolvem, durante os anos letivos, com atividades de extensão (sejam projetos permanentes, sejam ações de cunho transitório). Destaca-se nessa linha, a atuação dos docentes no âmbito do Escritório Modelo de Assessoria Jurídica/EMAJ - 11 docentes possuem encargos permanentes das atividades de prática/extensão do EMAJ. Além do mais, outros projetos de extensão permanentes do Curso de Direito mobilizam a participação dos docentes, como destacado no item da Extensão.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 VOCAÇÃO, MISSÃO, VISÃO E DIRETRIZES DO CURSO DE DIREITO

As diretrizes e orientações para a vocação do curso sob o enfoque da formação humanística e crítica, da interação com os fenômenos sociais e do desenvolvimento da cidadania, dialogam diretamente com a vocação institucional da FURG, tendo em vista a sua afinidade com os vetores da proteção dos direitos humanos, do desenvolvimento e da sustentabilidade socioambiental.

O curso de Direito, além de atender com qualidade diferenciada as demandas gerais do Bacharelado em Direito, tem por vocação específica os direitos humanos, o desenvolvimento e a sustentabilidade socioambiental nos ecossistemas onde se insere a Universidade.

Isso tem se traduzido a partir de diversas estratégias político-pedagógicas que fertilizam a formação, desde a inserção transversal de conteúdos relacionados à temática vocacional nas disciplinas de formação geral, como também pelo oferecimento de um conjunto de disciplinas, obrigatórias ou optativas, que tematizam de maneira estrutural e crítica a educação, a cidadania, a democracia, as políticas de desenvolvimento e de inclusão social, o meio ambiente, o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico, em nível local, regional, nacional e mesmo global.

A missão do Curso de Direito dialoga com a missão da Universidade Federal do Rio Grande, estabelecida no Projeto Pedagógico Institucional/PPI de 2011 e no Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI 2019/2022, nos seguintes termos: promover o avanço do conhecimento e a educação jurídica plena com excelência, formando profissionais do Direito capazes de contribuir para o desenvolvimento humano e a melhoria da qualidade socioambiental.

A visão da Universidade, construída igualmente no seu PDI informa que “a FURG consolidará sua imagem nacional e internacional como referência em educação, desenvolvimento tecnológico e estudo dos ecossistemas costeiros e oceânicos” (FURG, 2019, p. 11). A visão do Curso de Direito se insere nesse contexto. Assim, o Curso de

Direito almeja projetar sua imagem nacional e internacional de ensino, pesquisa, extensão e inovação jurídica de excelência, como foco no contexto socioambiental em que está inserido.

As diretrizes do presente Projeto Pedagógico do Curso de Direito valorizam tradição de ensino jurídico da FURG, pautando suas ações:

- no compromisso com a busca e valoração do ensino jurídico de qualidade;
- na construção de um projeto de sociedade comprometido com valores éticos, estéticos e educacionais;
- na produção e socialização de conhecimentos e de inovação no âmbito jurídico, cujos resultados impliquem, de forma ética, a melhoria da qualidade de vida da população brasileira;
- na formação interdisciplinar comprometida com a justiça socioambiental e com o desenvolvimento socioambiental das regiões em que a Universidade está inserida;
- na formação de profissionais com autonomia para administrar seus conhecimentos e saberes e para tomar decisões éticas, solidárias e justas, participando ativamente na sociedade;
- no compromisso com a cooperação acadêmica e científica internacional;
- na integração com os diferentes níveis e modalidades de educação;
- na sua inserção comunitária, através da transmissão do conhecimento visando a transformação da realidade socioambiental das comunidades em que a FURG está inserida;
- na proposição e participação em diferentes esferas de elaboração de políticas públicas voltadas à justiça socioambiental.
- na valorização dos saberes populares para a produção de conhecimentos;
- na promoção de políticas inclusivas de acesso e permanência dos estudantes;
- no planejamento e avaliação como orientadores dos processos educativos e da gestão.

3.2 PERFIL DO INGRESSANTE

A sistemática da seleção para o ingresso no Curso propicia a diversificação da comunidade discente, composta tanto por alunos(as) aprovados(as) em sistema de ampla concorrência, como também por critérios específicos, como o teto da renda familiar, o tipo de escola em que cursaram o ensino médio e a autodeclaração racial. A inclusão social e a valorização da diversidade também são asseguradas com a reserva de vagas para estudantes portadores de necessidades especiais, bem como pela adoção de sistemas de seleções específicos para comunidades indígenas e quilombolas (nos termos da resolução 020/2013 do COEPEA).

Espera-se que do ingressante do Curso de Direito o seguinte perfil:

- a) Capacidade de compreensão dos conflitos socioambientais e jurídicos vivenciados na sociedade contemporânea;
- b) Interesse pelo desempenho de atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação;
- c) Disposição para o diálogo, para a comunicação e para a resolução pacífica de conflitos;
- d) Disposição para atividades teóricas e práticas coletivas e interdisciplinares;
- e) Capacidade de reflexão e de pensamento crítico acerca de fenômenos sociais e jurídicos.

3.3 PERFIL DO EGRESSO

No atendimento às disposições da Resolução CNE/CES 5/2018, de 17 de dezembro de 2018 e suas alterações posteriores, bem como às especificidades do presente PPC, o Curso de Direito da FURG se desenvolverá de modo a propiciar aos egressos o seguinte perfil:

- a) sólida formação geral, humanística e axiológica, teórica e prática;
- b) capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica;

- c) adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;
- d) capacidade de compreensão reflexiva acerca das transformações digitais contemporâneas e domínio de tecnologias e métodos virtuais de aplicação do Direito;
- e) postura reflexiva e visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania;
- f) formação flexibilizada para atuação na defesa dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento e da Sustentabilidade, sem prejuízo da formação geral adequada ao exercício das diferentes profissões jurídicas.

Propicia-se, assim, a formação de bacharéis efetivamente comprometidos e preparados para assumir, destarte, o papel de agente constitutivo e modificador da sociedade, um bacharel que, além de operador jurídico-político, seja um cidadão envolvido no processo democrático de construção de uma sociedade justa, harmônica, economicamente desenvolvida e ecologicamente equilibrada.

3.4 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O Curso de Direito possibilitará a formação profissional que revelem as competências cognitivas, instrumentais e interpessoais, capacitando o graduando a:

- a) Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
- b) demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- c) demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;

- d) dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
- e) adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- f) desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;
- g) compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- h) atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- i) utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;
- j) aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;
- k) compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;
- l) possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- m) desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e
- n) apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

Para adquirir tais competências, os acadêmicos do Curso de Direito da FURG precisarão estar habilitados a:

- a) realizar interpretação textual e uso correto da língua escrita, de modo a desenvolver a compreensão da linguagem técnico-jurídica;
- b) comunicar-se com clareza as suas ideias e percepções;
- c) discernir as diferentes abordagens metodológicas científicas;
- d) utilizar o diálogo na resolução de conflitos;
- e) realizar pesquisas acadêmicas e profissionais utilizando diferentes materiais e ferramentas tecnológicas;

- f) trabalhar em ambientes coletivos, de diversidade e pluralismo cultural.

As competências e habilidades serão explicitadas nos planos de ensino das disciplinas por meio da exposição da metodologia de ensino e aprendizagem, bem como dos critérios de avaliação, a partir das diretrizes e concepções adotadas por este Projeto de Curso.

3.5. CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

O presente PPC apresenta como princípios norteadores:

- a) a indissociabilidade entre pesquisa, ensino, extensão e inovação;
- b) a educação inclusiva e o respeito à diversidade sociocultural;
- c) a flexibilização curricular;
- d) o incentivo à mobilidade acadêmica e à promoção da internacionalização do curso;
- e) a inserção local, regional, nacional e internacional das atividades de pesquisa, ensino, extensão e inovação;
- f) o reconhecimento e promoção dos direitos humanos e da justiça socioambiental;
- g) o reconhecimento da diversidade de saberes e formas de conhecimento.

3.6 POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DO CURSO DE DIREITO

Para concretização das competências e habilidades apresentadas no presente Projeto Pedagógico, são propostas uma série de estratégias pedagógicas.

a) Estratégia de adoção de Metodologias Pedagógicas Ativas

Em uma compreensão tradicional, a metodologia de ensino do direito resume-se a aulas expositivas, nas quais professores figuram como titulares de um saber que é

transmitido para os alunos em uma relação vertical, na qual os discentes incorporariam o conhecimento ouvindo e reproduzindo as lições de um mestre.

Essa compreensão, já obsoleta, enxerga os discentes como sujeitos passivos do processo ensino-aprendizagem, ignora o conhecimento disponível a propósito do processo de construção do saber e desconsidera as profundas mudanças sociais e tecnológicas que marcam a sociedade da informação.

Além disso, sob a perspectiva das competências desejadas no egresso, esse modelo tende a enfatizar uma abordagem meramente teórica dos conteúdos, apresentando deficiências no desenvolvimento de capacidades resolutivas de problemas reais esperada dos futuros profissionais.

O presente Projeto entende o processo ensino-aprendizagem de maneira diversa. Há suficiente literatura documentando que os métodos de aprendizagem passivos são menos efetivos do que metodologias ativas, nas quais o discente é integrante e participa na construção do conhecimento. Isso não quer significar que o método expositivo não tenha mais lugar. Todavia, ao lado e em articulação com a exposição de conteúdos pelo professor, o Projeto entende o papel dos docentes como promotores de um ambiente de aprendizagem e oportunidades de conhecimento ofertada para a construção do saber e compreensão dos conteúdos pelos próprios alunos.

Para a consolidação desse entendimento, o Projeto desenvolve estratégias estruturais, como na ordenação das disciplinas práticas, simuladas ou reais, em correlação com as disciplinas assim chamadas teóricas, e estratégias concretizadoras, como o estímulo à adoção, pelos docentes, de metodologias ativas e resolução de problemas em seus planos de ensino. O recurso a essas metodologias em todas as disciplinas tende a promover um processo de ensino-aprendizado orientado à realidade, desenvolvendo conhecimentos práticos-teóricos nos discentes.

O presente Projeto Pedagógico opta por não elencar taxativamente quais metodologias ativas deverão ser adotadas nas disciplinas. Todavia, deve-se compreender como modelos recomendáveis o estudo de caso, a aprendizagem baseada em problemas ou projetos, a gamificação, a sala de aula invertida, a aprendizagem por grupos operativos (pares ou times) e o ensino híbrido.

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito e a Coordenação manterão canais constantes de diálogo com o corpo docente, visando estimular a adoção de

metodologias inovadoras, bem como o estabelecimento de espaços de qualificação das práticas pedagógicas adotadas. Nesse sentido, faz referência aos programas adotados pela FURG para a formação continuada de docentes, organizados pela Pró-reitoria de Graduação/PROGRAD e Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas/PROGEP.

b) Das estratégias para realização da interdisciplinaridade

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito estimula a interdisciplinaridade, visando a análise dos fenômenos jurídicos a partir de categorias pertencentes a diversos ramos do conhecimento. Além de assegurar a multidisciplinaridade na oferta de disciplinas, sobretudo através de um extenso rol de disciplinas optativas, o curso propõe estratégias de interdisciplinaridade agregando trocas de saberes de diferentes áreas. Algumas estratégias são arroladas abaixo, as quais não esgotam as possibilidades de concretização da interdisciplinaridade no processo de ensino e aprendizado.

- Projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação interdisciplinares: os professores do Curso de Direito desenvolvem conjuntamente projetos cadastrados institucionalmente envolvendo diferentes áreas do conhecimento. Através dos projetos, supera-se a organização dos conteúdos jurídicos em disciplinas estanques, possibilitando-se que problemáticas de diferentes áreas do Direito (ou de fora do direito) sejam debatidas e enfrentadas. A carga horária em atividades de projetos de pesquisa e ensino é computada como atividades complementares. Já a carga horária realizada em programas e projetos de extensão é computada dentro das 120 horas de atividades de extensão exigidas pelo PPC.
- Prática jurídica extensionista obrigatória: as atividades de prática jurídica obrigatória desenvolvidas no âmbito do Escritório Modelo de Assessoria Jurídica/EMAJ possibilitam que os(as) estudantes dialoguem com diferentes áreas do conhecimento (como a psicologia, a assistência social, a economia, as ciências biológicas etc.) na busca de solução de problemas concretos.

- Trabalho de Curso: os(as) estudantes são estimulados pelos(as) professores(as) orientadores(as) do Trabalho de Curso a desenvolver a produção acadêmica com foco interdisciplinar, sendo possibilitada a coorientação de pesquisadores(as) de outras áreas do conhecimento.
- Avaliações conjuntas: professores de diferentes disciplinas podem desenvolver atividades, inclusive avaliativas, conjuntamente, integrando conhecimento de diferentes áreas jurídicas. Nesse caso, será assegurado aos estudantes que estejam matriculados em apenas uma das disciplinas envolvidas, um formato de avaliação alternativo.

Observe-se, outrossim, que a Universidade oferta o sistema de solicitação de disciplinas complementares. Esta estratégia autoriza que os(as) estudantes do Curso de Direito solicitem matrícula em disciplinas em outros Cursos da Universidade, diversificando e dinamizando sua formação acadêmica. A carga horária em disciplinas de outros cursos pode ser contabilizada como atividades complementares, nos termos do respectivo regulamento.

c) Da Flexibilidade Curricular

Conforme estabelece pelo Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI da FURG, a flexibilidade curricular “pressupõe um currículo entendido como processo formativo, dinâmico e em permanente movimento, permitindo que a ação educativa da Universidade incorpore outras formas de aprendizagem e de produção do conhecimento presentes na realidade social” (FURG, 2019, p. 15).

No processo de revisão do currículo do curso, houve um esforço para semestralizar diversas disciplinas antes oferecidas de forma anual; reorganizar pré-requisitos e revisar ementas, de forma a qualificar a conexão e a transversalidade de conteúdos. Assim, houve realocação pontual de disciplinas no QSL e foram redimensionadas as disciplinas optativas, de forma a valorizar distintas trajetórias de formação complementar e autônoma.

O presente PPC mantém a flexibilidade curricular como uma de suas diretrizes. Para tanto, assegura-se ao estudante a possibilidade de escolher a forma como serão integralizadas parte da carga horária do Curso. Cinco elementos centrais se inserem na perspectiva da flexibilização Curricular:

- A possibilidade de escolha das disciplinas optativas: o(a) estudante deverá integralizar 180 horas em disciplinas optativas de sua livre escolha. Não há óbice de que o estudante busque se matricular em outras disciplinas optativas além do mínimo exigido, podendo utilizar a carga horária extra (além das 180 horas), como atividades complementares (nos termos do respectivo regulamento).
- A possibilidade de escolha das atividades complementares: o(a) estudante deverá integralizar 205 horas em atividades complementares, conforme relação de atividades definidas pelo Conselho da Faculdade de Direito em regulamento específico.
- A ampliação das possibilidades de desenvolvimento do Trabalho de Curso: o Trabalho de Curso passa a ser desenvolvido tanto no formato de monografia, de artigo científico ou de memorial de projeto de extensão, conforme regulamentação do Conselho da Faculdade de Direito em deliberação específica. O atual regulamento do Trabalho de Curso está previsto na deliberação 07/2016 do Conselho da Faculdade de Direito e permanece em vigência até a superveniência de nova norma no âmbito do Conselho da Faculdade de Direito.
- A possibilidade de escolha de uma área prioritária de atuação na Prática Jurídica Extensionista: as disciplinas de Prática Jurídica Social I e Prática Jurídica Social II são desenvolvidas no âmbito do escritório Modelo de Assessoria Jurídica/EMAJ. Nessa perspectiva, os professores com encargos nessas disciplinas buscarão especializar a atuação dos grupos de alunos(as) (organizados em escritórios) em áreas específicas. Os

estudantes poderão optar por diferentes turmas das disciplinas de Prática Jurídica Social I e Prática Jurídica Social II, conforme área de atuação prioritária dos professores e escritórios.

d) Da Política de Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica é definida no âmbito da FURG como o “afastamento do estudante de sua universidade para realizar parte de seus estudos em outras instituições, sejam nacionais ou internacionais, tendo sua vaga garantida na instituição de origem, bem como o aproveitamento de suas atividades realizadas na instituição de destino” (FURG, 2021).

A regulamentação da mobilidade acadêmica nacional e internacional se dá através da deliberação 064/2013 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração/COEPEA¹¹.

O Curso de direito da FURG incentiva a mobilidade acadêmica dos seus estudantes como uma ferramenta de formação acadêmica, de qualificação profissional e de vivência cultural. Diversos programas de mobilidade nacional e internacional foram desenvolvidos nos últimos anos, possibilitando que os(as) estudantes do Curso desenvolvam parte de seus estudos de graduação em outras Instituições de Ensino Superior.

No âmbito do Curso de Direito, a mobilidade acadêmica tem por objetivo:

- fortalecer o intercâmbio de experiências acadêmicas, aprofundando a qualificação da formação jurídica dos estudantes participantes;
- contribuir para o fortalecimento das competências referidas no atual projeto;
- aprofundar a formação humanística dos estudantes, através de trocas de experiências culturais, econômicas, sociais e ambientais;
- promover um ambiente de acolhimento aos estudantes de outras instituições;

¹¹ Deliberação 064/2013 disponível em <https://conselhos.furg.br/deliberacoes/coepea/pleno/2013/deliberacao-064-2013>. Consulta em 02/08/2021.

- auxiliar na promoção institucional do Curso de Direito e da Universidade nos cenários de excelência do ensino jurídico nacional e internacional.

Em nível nacional, a mobilidade acadêmica se dá tanto através do programa de mobilidade Andifes, que inclui as Instituições Federais de Ensino Superior, como por meio de convênios que a FURG venha a celebrar com outras Instituições de Ensino Superior.

Em nível internacional, a mobilidade se efetiva através de convênios e acordos de cooperação celebrados pela Universidade, dentro das estratégias de internacionalização da FURG, estabelecidas pela Resolução 04/2018 do Conselho Universitário/CONSUN¹², e da Faculdade de Direito. Os convênios internacionais são geridos pela Secretaria de Relações Internacionais/REINTER, vinculada à Reitoria da Universidade.

Tais esforços visam aprofundar a internacionalização do Curso de Direito e contará com o apoio da Coordenação através de ações que visem difundir a importância da mobilidade acadêmica, bem como promover a integração dos estudantes em cursos de qualificação em línguas estrangeiras.

No que tange à política de aproveitamento de estudos e requisitos para participação, a mobilidade acadêmica no Curso de Direito respeitará as normas estabelecidas pela Pró-Reitoria de Graduação/PROGRAD e pela Secretaria de Relações Internacionais/ReInter, além de outras deliberações aprovadas pelo Conselho da Faculdade de Direito.

e) Da Política de Atividades Complementares

O objetivo geral das atividades complementares é, nos termos da Deliberação 006/2016 do Conselho da Faculdade de Direito,

propiciar o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de

¹² Resolução 04/2018 do Conselho Universitário disponível em [https://reinter.furg.br/images/Politica de Internacionalizacao da FURG.pdf](https://reinter.furg.br/images/Politica_de_Internacionalizacao_da_FURG.pdf). Consulta em 02/08/2021.

interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade (FADIR, 2016).

O Projeto Pedagógico do curso prevê a integralização de 205 horas de atividades complementares, as quais podem ser preenchidas nos termos de deliberação específica aprovada pelo Conselho da Faculdade de Direito (atualmente a Deliberação 006/2016 regulamenta a integralização das atividades complementares).

A integralização da carga horária atende aos princípios de flexibilização curricular, de modo que os(as) estudantes poderão optar, dentro dos diferentes grupos de atividades previstas pelo regulamento, aquelas de sua preferência.

Para gestão das atividades complementares, a Coordenação do Curso conta com uma supervisão específica. À Supervisão de Atividades Complementares cabe receber e verificar as atividades apresentadas pelos estudantes, bem como assegurar o registro da devida carga horária nos históricos escolares.

f) Do Trabalho de Curso e do Incentivo à Pesquisa e à Produção Acadêmica

O Curso de Direito incentivará a produção acadêmica desde o ingresso dos(as) estudantes. Esse incentivo visa estimular o desenvolvimento científico na Universidade, além de desenvolver as competências relacionadas à elaboração e compreensão de textos. As estratégias pedagógicas para promoção da produção acadêmica e do incentivo a pesquisa no âmbito do Curso de Direito incluem atividades de caráter facultativo (participação em grupos e projetos de iniciação científica e produção acadêmica) e caráter obrigatórias (consistente na elaboração do Trabalho de Curso).

- Do incentivo à iniciação científica e à produção acadêmica

A FURG oferece os incentivos necessários para promoção das diferentes atividades acadêmicas por parte dos(as) graduandos(as), que incluem a participação em projetos de ensino, pesquisa, extensão e cultura desenvolvidos pelo quadro docente.

No âmbito da iniciação científica, a FURG mantém o “Programa Institucional de Desenvolvimento do Estudante” (PDE) e o “Programa de Qualificação Acadêmica”

(PQA). O PDE visa promover ações para o desenvolvimento pleno do(a) estudante universitário(a) matriculado(a) na FURG, contribuindo para promover o avanço do conhecimento e a educação plena com excelência. Além disso, possui o objetivo de auxiliar nas políticas de retenção e evasão acadêmicas. Neste contexto, são disponibilizadas bolsas para os alunos que participem de projetos de ensino, pesquisa, extensão e cultura. Cinquenta por cento das bolsas são destinadas a alunos cotistas. O PQA é similar ao PDE, porém desenvolve-se de maneira voluntária, contribuindo para a ampliação da qualificação do aluno e sua integração plena nas atividades acadêmicas da Universidade.

Além das bolsas de iniciação científica mantidas pela própria Universidade, a FURG também é receptora de financiamento externo. Neste contexto, destacam-se os recursos oriundos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPQ) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

Anualmente a FURG organiza a Mostra de Produção Universitária (MPU), evento de grande relevância acadêmica para a Universidade e região. A MPU é articulada por diversos setores da Universidade para que a troca de conhecimentos possa acontecer para além da sala de aula. É o momento em que a FURG reúne seus diferentes públicos, entre estudantes, técnicos e docentes, e apresenta resultados das atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura.

No âmbito do Curso de Direito, é importante salientar que o corpo docente, caracterizado pela quase integralidade de professores doutores, mantém importante presença em atividades de pesquisa. O anuário da FURG de 2020 demonstra o crescimento dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelos professores da Faculdade de Direito. Em 2015, foram registrados 15 projetos de pesquisa; em 2017, 39 projetos; em 2019, 41 projetos (FURG, 2020, p. 2013).

Através dos projetos de pesquisa, os estudantes do Curso são estimulados a participar de eventos científicos e outras atividades acadêmicas. Busca-se com essa estratégia valorizar as atividades de iniciação científica e preparar o corpo discente para o ingresso em Cursos e Programas de Pós-Graduação.

As atividades de pesquisa desenvolvidas pelos estudantes podem ser computadas como atividades complementares, nos termos da regulamentação de atividades

complementares aprovada pelo conselho da Faculdade de Direito (atualmente Deliberação 06/2016 do Conselho da Faculdade de Direito).

Dentre outras formas de institucionalização da pesquisa, destacam-se os grupos registrados juntamente ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, dentre os quais estão: CIDADANIA, DIREITOS E JUSTIÇA – CIDIJUS; Direito e Educação Ambiental - GPDEA; Direito Sistêmico e Métodos Adequados de Resolução de Conflitos; Hermenêutica e Ciências Criminais - GPHCCRIM; Laboratório de Pesquisas em Política e Direito do Mar - LABMAR; Transnacionalização e Direitos Humanos; e Grupo de Pesquisa Direito e Sociedade.

- Do Trabalho de Curso/TC

O Trabalho de Curso consiste na elaboração de um trabalho acadêmico sobre tema jurídico relacionado às atividades de pesquisa e extensão do curso de Direito, nos termos do regimento do Trabalho de Curso aprovado pelo Conselho da Faculdade de Direito. Tem por objetivo aprofundar a capacidade de reflexão e análise crítica dos fenômenos jurídicos, por meio de metodologia e técnicas concernentes à atividade acadêmica.

Os Trabalhos de Curso, desenvolvidos individualmente, poderão se constituir no formato de monografias, artigos científicos e relatórios de projetos de extensão.

Trata-se de elemento curricular obrigatório desenvolvido em duas disciplinas obrigatórias, Trabalho de Curso I e Trabalho de Curso II, localizadas respectivamente no oitavo e nono semestres do Curso, ambas com carga horária de 30 horas. O processo de definição da relação orientador-orientando é realizado através de edital específico (a ser publicado no sétimo semestre do Curso), gerenciado pela supervisão de TC nos moldes do Regimento do Trabalho de Curso aprovado pelo Conselho da Faculdade de Direito.

Saliente-se que todos os professores do Curso de Direito são convidados a ofertar vagas de orientação para o Trabalho de Curso. Deste modo, os(as) estudantes poderão pleitear vaga de orientação em diferentes áreas do conhecimento, conforme as linhas de pesquisa e de atuação acadêmica de cada professor(a) do Curso.

A sistemática de organização do edital de disponibilização de vagas de orientação, elaboração do projeto de Trabalho de Curso, bancas de avaliação,

procedimento de defesa oral, depósito dos trabalhos, além de outros aspectos metodológicos são definidos por deliberação específica do Conselho da Faculdade de Direito.

g) Da Política de Extensão

A Universidade Federal do Rio Grande estabeleceu sua política de extensão através da Resolução 027/2015 do Conselho Universitário/CONSUN. Nos termos da deliberação, a extensão é definida como a atividade acadêmica que “articula o ensino e a pesquisa, com a finalidade de promover uma relação transformadora entre universidade e sociedade”, tendo como diretrizes

I – Interação dialógica que orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e demais setores sociais marcados pelo diálogo e compartilhamento de saberes, promovendo alianças com movimentos, setores e organizações sociais;

II – Interdisciplinaridade que visa à interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento, assim como à construção de parcerias intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais;

III – Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, que constitui o processo acadêmico vinculado à formação de sujeitos e à geração de conhecimento;

IV – Impacto na formação do estudante que promove a sua participação nas ações de Extensão Universitária sustentada por iniciativas que viabilizem a interação com a sociedade;

V – Impacto e transformação social que se volta para os interesses e necessidades da maioria da população e propicia o desenvolvimento socioambiental, assim como o aprimoramento das políticas públicas.

O Curso de Direito da FURG apresenta forte tradição extensionista. O Serviço de Assistência Judiciária/SAJ, por exemplo, foi criado em 1975, promovendo a prestação de serviços jurídicos à comunidade anteriormente a própria instituição da Defensoria Pública na cidade de Rio Grande. A partir do PPC de 2012, o SAJ foi redimensionado e transformado em Escritório Modelo de Assessoria Jurídica/EMAJ, mantendo sua vocação extensionista.

Atualmente diversos projetos de extensão são coordenados pelos seus docentes, contando tanto com a participação de estudantes do curso de graduação, como de cursos de pós-graduação da Faculdade de Direito. Dentre eles, destacam-se os projetos de

extensão permanentes do Curso de Direito: o Centro de Referência em Direitos Humanos/CRDH; o Projeto Cidadania, Direito e Justiça/CIDIJUS; o Centro de Referência em Apoio às Famílias/CRAF, o Projeto de Assessoria Jurídica em Conflitos Socioambientais e a Empresa Júnior Apollo.

Os projetos de extensão atualmente desenvolvidos visam aproximar a Universidade da comunidade em que ela está inserida, além de contribuir para a formação profissional da comunidade discente.

O presente Projeto Pedagógico busca valorizar essa tradição, buscando concretizar as estratégias estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2022 da FURG no seu Eixo Extensão. Nesse sentido, são incorporadas no PPC as estratégias referidas no PDI da Universidade, como a integração as ações de extensão dos cursos de graduação e pós-graduação; o crédito de no mínimo 10% da carga horária do Curso em atividades de extensão e a articulação das ações de extensão com o ensino, a pesquisa, a inovação e a cultura.

O cômputo de 10% da carga horária em atividades de extensão, em atenção à Resolução nº 7/2018 do CNE, é feita através de dois elementos curriculares obrigatórios:

- a prática jurídica extensionista obrigatória, desenvolvida no âmbito das disciplinas Prática Jurídica Social I (150 horas) e Prática Jurídica Social II (150 horas), cuja essência é o contato com as comunidades em vulnerabilidade socioambiental, seja através do atendimento jurídico-judicial, seja através de projetos desenvolvidos junto às comunidades e coletivos existentes na região.
- atividades de extensão diversas, num total de 120 horas. Estas atividades, devidamente registradas administrativamente pela FURG, poderão consistir em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestações de serviços, conforme regulamentação específica da FURG e do Conselho da Faculdade de Direito. A comprovação deste conjunto de atividades extensionistas poderá ser feita a qualquer momento perante a Coordenação do Curso, encarregada de registrar a atividade nos histórico escolar do(a) estudante.

O(a) estudante do Curso de Direito da FURG deverá cumprir um mínimo de 420 horas em atividades extensionistas (11,27% da carga horária total). Parte desta carga horária inclui atividades de prática jurídica com nítido perfil extensionista, consistente na prestação de serviços por parte dos alunos às comunidades em que o Curso está inserido. Esta prática jurídica extensionista curricularizada não afasta a necessidade de que o estudante se envolva em outros projetos de extensão registrados no âmbito da Universidade, por isto foi instituído o valor de 120h para realização de ações extensionistas em qualquer projeto, programa ou atividade de extensão devidamente registrados no sistema da FURG.

Conforme mencionado no item relativo à pesquisa, a FURG organiza anualmente a Mostra de Produção Universitária (MPU), que articula a troca de conhecimentos entre seus diferentes públicos, em especial, por meio do Seminário de Extensão, do Simpósio de Cultura e do Salão de Indissociabilidade.

h) Política de Inovação

Em 2019, a FURG estabeleceu sua política de Inovação e de Tecnociência Solidária, através da deliberação 026/2019 do Conselho Universitário. Nos termos da deliberação, são objetivos desta política:

- I - estabelecer diretrizes para promover a inovação e o desenvolvimento da tecnologia social;
- II - estimular a Inovação e a Tecnociência Solidária por meio do ensino, da pesquisa e da extensão;
- III - estimular a criação e o desenvolvimento de empreendimentos inovadores, econômicos solidários e culturais;
- IV - promover ações institucionais de formação inicial e continuada em Tecnociência Solidária, economia solidária, empreendedorismo, gestão da inovação, transferência de tecnologia e propriedade intelectual;
- V - promover a proteção da propriedade intelectual e a transferência de tecnologia;
- VI - estimular as parcerias produtivas entre instituições públicas e privadas;
- VII - estimular o envolvimento da comunidade acadêmica e de todos os setores da sociedade com os ambientes promotores de Inovação e de Tecnociência Solidária da FURG;
- VIII - atender aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU; e,

IX - estimular a cooperação entre os empreendimentos inovadores, empreendimentos econômicos solidários e culturais com instituições públicas e organizações da sociedade.

O Curso de Direito incentiva a participação dos estudantes em atividades que visem a inovação voltada à justiça socioambiental. Nessa linha, o Curso possui uma empresa Junior (Empresa Junior Apollo), presidida por estudantes, sob orientação de um professor orientador efetivo da Instituição, que se propõe a difundir e promover ações de inovação no meio jurídico. A participação em empresas juniores é registrada institucionalmente como projeto de extensão, possibilitando o cômputo da respectiva carga horária para integralização do total de atividades de extensão exigidos pelo PPC.

Quanto à inovação nos processos de ensino-aprendizagem, destaca-se a utilização de ferramentas tecnológicas de apoio e complementação permitidos por meio da plataforma Moodle, bem como pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA FURG), que foi desenvolvido para diversos navegadores e inclui versão (aplicativo) para telefones.

i) Da Prática Jurídica como Componente Curricular Obrigatório – Do Laboratório de Prática Jurídica Social

Ao traçar o caminho no sentido de oportunizar a apropriação dos saberes por todos os integrantes dos processos educativos do Curso de Direito da FURG, a opção foi trazer ao currículo um formato de práticas jurídicas que contemplasse, para além das metodologias ativas já referenciadas, o componente reflexivo, necessário para uma educação que contemple a transdisciplinaridade e a transversalidade do conhecimento. Ao proporcionar a reflexão crítica da realidade, também é oportunizado aos estudantes um ambiente propício ao desenvolvimento das competências previstas na lei 9.795, de 27 de abril de 1999.

Desta sorte, além de outros aspectos, pode-se destacar o potencial reflexivo acerca de uma concepção de meio ambiente, compreendido em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade. Além disso, as abordagens das práticas são atinentes às questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais, sempre sob um enfoque

humanista, holístico, democrático e participativo. Estes e tantos outros elementos são trabalhados durante as práticas jurídicas, vinculando a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais, sendo todas as atividades realizadas sujeitas a permanente avaliação crítica do processo educativo.

O Núcleo de Práticas Jurídicas da FaDir/FURG, designado de Laboratório de Prática Jurídica Social/LPJS possui como objetivo principal a formação dos acadêmicos dos cursos de Graduação em Direito e Especialização em Prática Jurídica Social - Residência Jurídica¹³, nos aspectos técnicos e humanos, proporcionando o ambiente adequado para o desenvolvimento de diversas competências, com especial destaque para a atuação na advocacia. Pretende, também, contribuir para a qualificação do ensino jurídico do Brasil, adotando metodologias voltadas para uma formação dialógica com aprofundamento da teoria crítica do Direito, dinamizando a pesquisa jurídica, e proporcionando um ambiente científico aberto às novas reflexões transdisciplinares, bem como o atendimento à comunidade e o acesso desta à Justiça.

O Laboratório de Prática Jurídica Social/LPJS é composto pelas práticas simuladas e reais, que totalizam 435 horas do total da carga horária obrigatória do Curso, conforme segue: (1) Práticas Simuladas: Oficina de Prática Jurídica Cível (60 horas), Oficina de Prática Jurídica Penal (60 horas) e Oficina de Prática Jurídica Trabalhista (15 horas); (2) Práticas Reais: Prática Jurídica Social I (150 horas) e Prática Jurídica Social II (150 horas).

Nas disciplinas de prática simulada (oficina de Prática Jurídica Cível, Oficina de Prática Jurídica Penal e Oficina de Prática Jurídica Trabalhista), a partir de situações de problemas, os(as) estudantes são incentivados a elaborar possibilidades de resolução, utilizando todo o arcabouço teórico e prático disponível, através de proficuas discussões e diálogos, bem como através de atividades que envolvam dinâmicas de grupo.

A realização das disciplinas de prática real (Prática Jurídica Social I e II) se dá junto ao Escritório Modelo de Assessoria Jurídica/EMAJ, num modelo de prática extensionista. Os estudantes organizados em grupos/escritórios atuam diretamente nas comunidades em que o Curso está inserido, a partir de estratégias desenvolvidas pelos

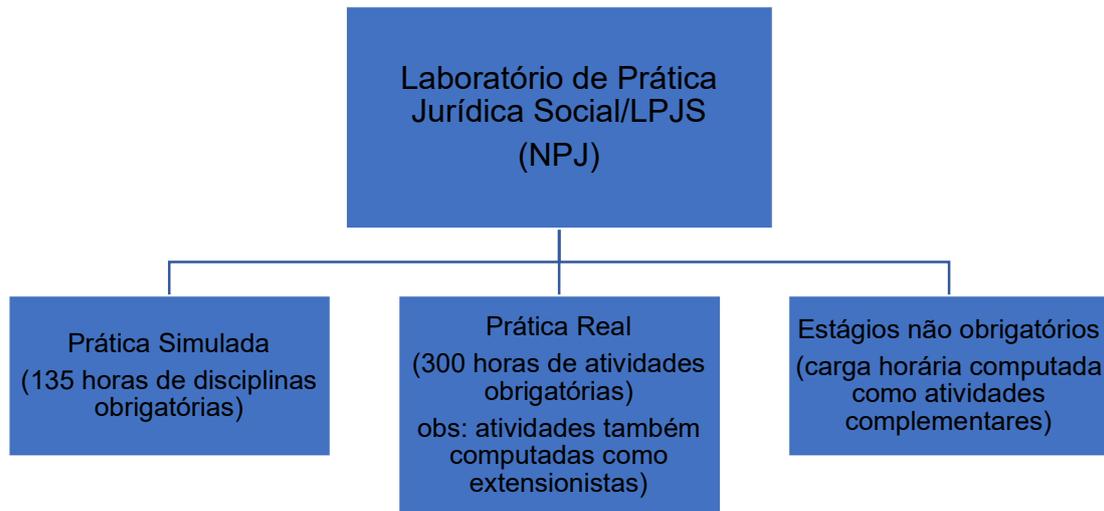
¹³ Trata-se de Curso de Pós-Graduação Lato-Sensu, que tem como público-alvo bacharéis em Direito com inscrição ativa na Ordem dos Advogados do Brasil/OAB (vide o item "Das estratégias de Integração entre o Curso de Graduação em Direito e os Cursos de Pós-Graduação da Faculdade de Direito").

professores da equipe do EMAJ. A carga horária destas disciplinas (total de 300 horas) é contabilizada no percentual de extensão prevista pelo PPC.

Nos termos da Deliberação 08/2019 do Conselho da Faculdade de Direito¹⁴, as turmas das disciplinas de prática real (Prática Jurídica Social/PJS I e II) são reduzidas para oportunizar a efetiva orientação por parte dos docentes e a organização das equipes de trabalho (escritórios). As duas disciplinas são ministradas de forma conjunta, no mesmo horário. Assim, em cada turno, existem, pelo menos, dois professores presentes para coordenar as atividades, que são presenciais e tem como característica principal o desenvolvimento de atividades práticas junto à comunidade. A organização se dá através da formação de escritórios, compostos por alunos das turmas de PJS I e PJS II, de sorte que os grupos sejam constituídos por estudantes do quarto e quinto ano da graduação.

O Laboratório de Prática Jurídica Social abarca, além da prática simulada obrigatória (disciplinas de Oficina de Prática Jurídica Civil, Oficina de Prática Jurídica Penal e Oficina de Prática Jurídica Trabalhista) e da prática real extensionista obrigatória (Prática Jurídica Social I e II), a orientação dos estágios não obrigatórios realizados pelos estudantes. Os estágios não obrigatórios podem ter sua carga horária computada como atividades complementares, nos termos do respectivo regulamento aprovado pelo Conselho da Faculdade de Direito. A tramitação contratual dos estágios não obrigatórios se dá totalmente de forma eletrônica, no sistema da FURG, cabendo à coordenação do Curso a designação de professor orientador para cada contrato de estágio não-obrigatório (nos termos da Lei Federal 11.788/2008). A orientação dos contratos de estágio é realizada por professores(as) membros(as) da Comissão de Estágios Externos (atualmente composta por 7 docentes), designada por Portaria da Faculdade de Direito.

¹⁴ Deliberação 08/2019 disponível em https://direito.furg.br/images/Arquivos_Gerais_FADIR/atas_conselho/2019/Del08_Regimento_EMAJ.pdf. Consulta em 03/08/2021.



Ainda, cumpre destacar que, no âmbito do LPJS, integrando o NPJ do curso, existe a possibilidade do(a) acadêmico(a) cursar a disciplina optativa Práticas Avançadas em Métodos Autocompositivos de Resolução de Conflitos.

j) Da integração entre o Curso de Graduação em Direito e os Cursos de Pós-Graduação da Faculdade de Direito

O Curso de Graduação em Direito apresenta uma perspectiva de integração com os cursos de Pós-Graduação ofertados pela Faculdade de Direito, quais sejam, o Curso de Especialização em Prática Jurídica Social/Residência Jurídica e o Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social/PPGDJS.

O Curso de Especialização em Prática Jurídica Social tem como perfil de ingresso jovens bacharéis em Direito com inscrição ativa na Ordem dos Advogados do Brasil/OAB. Estes estudantes atuam junto ao Escritório Modelo de Assessoria Jurídica/EMAJ, compondo equipes de trabalho integradas tanto por estudantes de graduação (matriculados nas disciplinas de Prática Jurídica Social I e Prática Jurídica Social II), bem como por professores do Curso Graduação em Direito e da Pós-Graduação em Prática Jurídica Social.

Além do mais, os estudantes da Especialização em Prática Jurídica Social/Residência Jurídica podem atuar como avaliadores dos Trabalhos de Curso da

Graduação em Direito (conforme regulamento do Trabalho de Curso aprovado no âmbito da Faculdade de Direito) e integrar projetos de pesquisa e extensão coordenados pelos professores do Curso de Direito.

A integração com o Programa de Mestrado em Direito e Justiça Social/PPGDJS se dá no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. Exemplifica-se a participação dos mestrandos em atividades de prática docente junto às disciplinas obrigatórias e optativas do Curso de Graduação, sob supervisão de um professor do Curso de Direito. Em sentido semelhante, salienta-se que os estudantes do PPGDJS podem integrar as bancas de avaliação dos Trabalhos de Curso da Graduação em Direito, bem como integrar projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos por professores do Curso de Direito.

k) Dos instrumentos de Avaliação do Ensino e Aprendizagem

O sistema de avaliação do Ensino do Curso de Direito atende às especificações regulamentadas pela FURG através do seu Regimento Geral e de deliberação do COEPE.

Nos termos do artigo 68 do Regimento Geral da FURG, a aprovação do(a) estudante nas atividades didático pedagógicas deve atender duas condições: (a) média final igual ou superior a cinco (5,0) e frequência igual ou maior que setenta e cinco por cento (75%).

A deliberação 038/90 do conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão/COEPE estabelece dois sistemas de avaliação. O sistema I prevê notas parciais e um exame final. O sistema de avaliação II prevê apenas uma nota (sem exame final)¹⁵, atribuída ao final do período letivo. O ementário das disciplinas obrigatórias e optativas em anexo informam qual o sistema de avaliação de cada disciplina.

Ao aluno é assegurado a revisão das avaliações, nos termos da deliberação 066/1996 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/COEPE¹⁶. Do mesmo modo, é

¹⁵ Deliberação 038/1190 do COEPE. Disponível em <https://conselhos.furg.br/deliberacoes/coepe/plenario/1990/deliberacao-038-1990>. Consulta em 05/08/2021.

¹⁶ Deliberação 066/1996. Disponível em <https://conselhos.furg.br/deliberacoes/coepe/plenario/1990/deliberacao-038-1990>. Consulta em 05/08/2021.

assegurada a realização de segunda chamada das avaliações, nos termos da deliberação 093/2014 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração/COEPEA¹⁷.

I) Da Política de Autoavaliação do Curso de Direito

O Curso de Direito se utiliza de ferramentas e estratégias internas e externas para sua avaliação institucional.

Internamente, o Núcleo Docente Estruturante é, nos termos da deliberação 005/2017 do Conselho da Faculdade de Direito, responsável pela elaboração de diretrizes e planos de avaliação do curso. Esse processo é feito através de reuniões periódicas para avaliação e acompanhamento das atividades acadêmicas, bem como de reuniões e seminários abertos de planejamento.

Externamente, a avaliação do Curso é inserida no contexto da política de avaliação institucional da Universidade. A FURG possui uma Comissão Própria de Avaliação/CPA, espaço colegiado responsável pela coordenação dos processos de autoavaliação vinculados ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004) e uma diretoria específica para gerenciar as atividades de autoavaliação – Diretoria de Avaliação Institucional/DAI – inserida no organograma da Pró-reitoria de Planejamento e Administração/PROPLAD. Cabe destacar que o Curso de Direito possui um representante na CPA.

Dentre os vários processos avaliativos realizados pela Universidade, salienta-se três que são utilizados frequentemente pela Coordenação do Curso. O primeiro é denominado de ADD (Avaliação Docente pelo Discente). Neste âmbito, os estudantes do Curso de graduação realizam, anualmente, a avaliação dos docentes considerando os aspectos didáticos das atividades de ensino. No segundo, denominado de avaliação das turmas pelo docente, os professores avaliam as suas turmas logo após o término da disciplina nos aspectos de participação dos estudantes nas atividades da disciplina. No terceiro processo avaliativo, que é realizado quadrienalmente, tanto os docentes como os estudantes avaliam a infraestrutura e a gestão do curso e da Universidade. Todos os questionários contam com ampla divulgação da Universidade.

¹⁷ Deliberação 093/2014 do COEPEA. Disponível em <https://conselhos.furg.br/arquivos/coepea-deliberacoes-pleno/2014/09614.pdf>. Consulta em 05/08/2021.

m) Do tratamento transversal das políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos, de educação para a terceira idade, de educação em políticas de gênero, de educação das relações étnico-raciais e histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito oferta um tratamento transversal de uma série de temáticas que dialogam diretamente com a vocação e as diretrizes do Curso. Trata-se de temáticas que são desenvolvidas tanto em disciplinas obrigatórias e optativas da matriz curricular, como igualmente em projetos de pesquisa e extensão desenvolvidas pelos professores do Curso.

A lei 9.795, de 27/04/1999, ao tratar da Política Nacional de Educação Ambiental é explícita ao descrever os princípios que norteiam a educação ambiental, destaca-se, para os fins deste Projeto Pedagógico de Curso:

- a) concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- b) abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- c) o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- d) a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- e) a permanente avaliação crítica do processo educativo;

O curso nesta perspectiva, fazendo a opção por compreender a educação ambiental em sua perspectiva transformadora, em variados espaços estratégicos, considerando sua grade curricular e o respectivo ementário, procura trazer à tona estas questões ao longo de todo o curso, destacando-se, em especial, as disciplinas de Teoria Geral do Direito no primeiro ano; Direitos Humanos no segundo ano; Direito Administrativo, no terceiro ano e Direito Ambiental no quarto ano. Outras disciplinas optativas igualmente abordam a temática da Educação Ambiental, como a disciplina de

Direito Humanístico, Direito Sociedade e Justiça Social, Direito e Políticas Públicas, Direito Urbanístico e Bioética.

Além disso, a educação ambiental, também na perspectiva transformadora, é fomentada a partir das disciplinas de Prática Jurídica Social I e Prática Jurídica Social II, nas quais, no âmbito do escritório Modelo de Assessoria Jurídica, os(as) estudantes atuam diretamente nos ambientes comunitários em que a Universidade está inserida.

A temática da Educação em Direitos Humanos está profundamente implicada na vocação do Curso. A temática é desenvolvida transversalmente nas disciplinas de Ciência Política, Estado e Constituição, Direitos Humanos, Métodos Autocompositivos de Resolução de Conflitos, Direito Ambiental e igualmente nas disciplinas de Prática Jurídica Social I e Prática Jurídica Social II. Saliente-se que a promoção dos direitos humanos, através da promoção da cultura da pacificação social, da tolerância e do respeito à diversidade é observada em um extenso rol de disciplinas optativas, tais como as disciplinas de Direito Sociedade e Justiça Social, Direito e Políticas Públicas, Direito Humanístico, Direito da Criança e do Adolescente I e II, Direito, Gênero e Identidades Plurais, Conflitos de Gênero e Sistemas de Justiça.

O mesmo se afirma no tangente às temáticas da educação para a terceira idade, em políticas de gênero, das relações étnico-raciais e histórias e culturas afro-brasileiras, africana e indígena. Trata-se de temáticas abordadas transversalmente nas disciplinas obrigatórias de Direitos Humanos, Sociologia Jurídica, História do Direito e Filosofia Transdisciplinar. As temáticas também são vislumbradas em disciplinas optativas, como Direito Educacional, Conflitos de Gênero e Sistemas de Justiça, Direito, Gênero e Identidades Plurais, Gêneros e Sexualidades nos Espaços Educativos, Sociedade, Educação e Relações Étnico-Raciais e Direito Sociedade e Justiça Social.

3.7 RELAÇÃO DAS DISCIPLINAS DO CURSO DE DIREITO

O Curso de Direito será composto por disciplinas obrigatórias e optativas, conforme Quadro de Sequência Lógica/QSL anexo. O ementário das disciplinas também se encontra anexo.

3.7.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

O curso de Direito é composto por disciplinas obrigatórias semestrais e anuais, organizadas num Quadro Sequencial Lógico de 10 semestres. Embora o QSL traga uma organização anual, o regime de matrículas é por disciplina, o que possibilita a antecipação de disciplinas nos casos em que houver disponibilidade de vagas nas turmas ofertadas pela Coordenação do Curso e não ocorra o conflito de horários para o estudante.

Parte das disciplinas são previamente existentes e já contavam com ofertas regulares pela Faculdade de Direito. O ementário completo das disciplinas obrigatórias é apresentado em anexo.

Disciplinas Obrigatórias 1º ano	Código	C.H.
Anuais:		
Ciência Política, Estado e Constituição	08258	120
Teoria Geral do Direito	a criar	120
Semestrais		
Teoria Geral do Direito Civil I	a criar	60
Teoria Geral do Direito Civil II	a criar	60
Filosofia Transdisciplinar	a criar	60
Sociologia Jurídica	08428	60
História do Direito	08423	60
Direito e Economia	08424	60
	Total:	600 horas

Disciplinas Obrigatórias 2º ano

Anuais

Direito Constitucional	08260	120
Direito Processual Civil I	a criar	120
Direito Penal I	08263	120

Semestrais

Direitos Humanos	a criar	60
Direito das Obrigações	a criar	60

Filosofia, Direito e Justiça	a criar	60
Métodos Autocompositivos de Resolução de Conflitos	a criar	60
	Total:	600 horas

Disciplinas Obrigatórias 3º ano

Anuais

Direito Administrativo	a criar	120
Direito Processual Civil II	a criar	120
Direito Penal II	a criar	120
Processo e Jurisdição Constitucional	a criar	60
Oficina de Prática Jurídica Civil	a criar	60

Semestrais

Direito dos Contratos	a criar	60
Direito da Responsabilidade Civil	a criar	60
	Total:	600 horas

Disciplinas Obrigatórias 4º ano

Anuais

Direito Processual Penal	08395	120
Prática Jurídica Social I	08393	150
Direito Tributário	a criar	120

Semestrais

Direito Ambiental	a criar	60
Direitos Reais	a criar	60
Direito Processual Civil III	a criar	60
Direito do Trabalho I	a criar	60
Direito do Trabalho II	a criar	60
Direito da Seguridade Social	a criar	30
Metodologia da Pesquisa Jurídica	a criar	30
Trabalho de Curso I	a criar	30
	Total:	780 horas

Disciplinas Obrigatórias 5º ano

Anuais

Direito Empresarial	a criar	120
Prática Jurídica Social II	08394	150

Semestrais

Direito Processual do Trabalho I	a criar	30
Direito Processual do Trabalho II	a criar	30
Oficina de Prática Jurídica Trabalhista	a criar	15
Direito Internacional	08281	60
Oficina Prática Jurídica Penal	a criar	60
Direito de Família	a criar	60
Direito das Sucessões	a criar	60
Trabalho de Curso II	a criar	30
	Total	615

Carga horária total em disciplinas obrigatórias: 3195 horas

3.7.2 DISCIPLINAS OPTATIVAS

O Curso de Direito apresenta um rol de disciplinas optativas que dialogam com a visão, com a missão e com as diretrizes estabelecidos por este Projeto Pedagógico. A escolha das disciplinas optativas é feita pelo estudante a cada início de semestre.

O estudante deve integralizar uma carga horária mínima de 225 horas em disciplinas optativas. A escolha das disciplinas se dá livremente pelo estudante, atendendo ao objetivo de flexibilidade curricular.

Disciplinas optativas

• Criminologia	08302	90
• Noções de Economia	a criar	45
• Libras	06386	120
• Direitos Povos Indígenas Quilombolas	a criar	45

• Sociologia	09318	45
• Direito do Mar	a criar	45
• Histórias das Ideias Jurídicas	08305	45
• Direito Comparado	08421	45
• Biodireito	08398	45
• Direito da Criança e do Adolescente I	a criar	45
• Direito da Criança e do Adolescente II	a criar	45
• Direito Portuário e Marítimo	a criar	45
• Direito Cooperativo e Cidadania	08298	45
• Política Criminal Transnacional	08399	45
• Direito, Gênero e Identidades Plurais	08426	45
• Gênero, Sexualidade nos Espaços Educativos	09801	45
• Sociedade, Educação e Relações Étnico-Raciais	10776	45
• Propriedade Intelectual	08385	45
• Direito e Integridade	08400	45
• Direito e Políticas Públicas	08405	45
• Conflitos de Gênero e Sistema de Justiça	08406	45
• Direito Urbanístico	08411	45
• Medicina Legal	17017	60
• Direito do Consumidor	a criar	45
• Legislação Penal Extravagante	08303	45
• Direito Educacional	08384	45
• Direito da pessoa com deficiência e com hipossuficiência psicossocial	08422	45
• Direito Econômico Constitucional	08380	45
• Processo Eletrônico	a criar	30
• Direito, Sociedade e Justiça Social	a criar	45
• Execução Penal	a criar	45
• Sistemas Processuais Penais	08301	45
• Psicologia Aplicada ao Direito	09312	45
• Práticas em Métodos Autocompositivos		

em Resolução de Conflitos	a criar	90
• Direito Humanitário	a criar	45
• Constitucionalismo Digital	a criar	30
• Antropologia Filosófica-Jurídica	a criar	45
• Direito Sindical	a criar	45
• Teorias Críticas do Direito e do Marxismo	a criar	45

4 PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO

4.1 PREVISÃO DE INÍCIO DA IMPLANTAÇÃO

O Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande atualmente está organizado nos QSLs 052121 (estudantes de ingresso turma diurna) e 051121 (estudantes de ingresso turma noturna).

O novo Projeto Pedagógico do Curso será implantado a partir do ano letivo 2022, sendo aplicado apenas para o ingresso a partir deste ano. Aos estudantes com ingresso anterior a 2022 será assegurada a manutenção dos QSLs 052121 e 051121 até o ano letivo de 2025.

4.2 PLANO DE OFERTA DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS QUE SERÃO EXCLUÍDAS DO QSL DO NOVO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

As disciplinas que não continuarão no quadro de disciplinas obrigatórias serão ofertadas conforme detalhamento abaixo.

Disciplina	Última oferta
Dogmática Jurídica (08259)	2021/1
Teoria Geral do Direito (08256)	2021/1
Fundamentos de Filosofia (09803)	2021/1
Fundamentos de Ética (09805)	2021/2
Metodologia Científica (09804)	2021/1
Antropologia Filosófica (09806)	2021/2
Direitos Humanos (08425)	2022/1
Direito Processual Civil I (08265)	2022
Filosofia e Ética Jurídica (08264)	2022
Direito das Obrigações (08262)	2022
Psicologia Aplicada ao Direito (09312)	2023

Métodos Autocompositivos de Resolução de Conflitos (08388)	2023
Direito Processual Civil II (08268)	2023
Direito Contratual e da Responsabilidade Civil (08267)	2023
Direito Penal II (08266)	2023
Direito Administrativo (08270)	2023
Direito Tributário (08276)	2024
Direito Ambiental (08275)	2024
Direito Processual Civil III (08274)	2024
Direitos reais (08272)	2024
Direito do Trabalho (08273)	2024
Pesquisa em Direito (08389)	2025
Direito Processual do Trabalho (08279)	2025
Direito de Família e Sucessões (08277)	2025
Hermenêutica Jurídica Constitucional (08269)	2025
Direito empresarial (08280)	2025
Oficina de Prática Jurídica Civil (08390)	2025
Oficina de Prática Jurídica Trabalhista (08392)	2025
Oficina de Prática Jurídica Penal (08391)	2025

4.3 PLANO DE EQUIVALÊNCIAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS QUE SERÃO EXCLUÍDAS DO QSL DO NOVO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

As equivalências abaixo elencadas somam-se àquelas já reconhecidas em outras deliberações do COEPEA.

Código	Disciplina	Equivalência a incluir
08259	Dogmática Jurídica	Teoria Geral do Direito Civil I (a criar) e Teoria Geral do Direito Civil II (a criar)
08256	Teoria Geral do Direito	Teoria Geral do Direito (a criar)
09803	Fundamentos de Filosofia	Filosofia Transdisciplinar

		(a criar)
09805	Fundamentos de Ética	Filosofia Transdisciplinar (a criar)
09804	Metodologia Científica	Metodologia da Pesquisa Jurídica (a criar)
09806	Antropologia Filosófica	Filosofia Transdisciplinar (a criar)
08425	Direitos Humanos	Direitos Humanos (a criar)
08265	Direito Processual Civil I	Direito Processual Civil I (a criar)
08264	Filosofia e Ética Jurídica	Filosofia, Direito e Justiça (a criar)
08262	Direito das Obrigações	Direito das Obrigações
08388	Métodos Autocompositivos de Resolução de Conflitos	Métodos Autocompositivos de Resolução de Conflitos (a criar)
08268	Direito Processual Civil II	Direito Processual Civil II (a criar)
08267	Direito Contratual e da Responsabilidade Civil	Direito dos Contratos (a criar) e Direito da Responsabilidade Civil (a criar)
08266	Direito Penal II	Direito Penal II (a criar)
08276	Direito Tributário	Direito Tributário (a criar)
08275	Direito Ambiental	Direito Ambiental (a criar)
08274	Direito Processual Civil III	Direito Processual Civil III (a criar)
08272	Direitos reais	Direitos reais (a criar)
08392	Oficina Prática Jurídica Trabalhista	Oficina de Prática Trabalhista (a criar)
08389	Pesquisa em Direito	Trabalho de curso I (a criar) e Trabalho de Curso II (a criar)
08279	Direito Processual do Trabalho	Direito Processual do Trabalho I (a criar) e Direito Processual do Trabalho II (a criar)
08277	Direito de Família e Sucessões	Direito de Família (a criar) e Direito das Sucessões (a criar)
08269	Hermenêutica Jurídica Constitucional	Processo e Jurisdição Constitucional (a criar)
08270	Direito Administrativo	Direito Administrativo (a criar)
08280	Direito Empresarial	Direito Empresarial (a criar)

08427	Direito dos Povos Indígenas e Quilombolas	Direito dos Povos Indígenas e Quilombolas (a criar)
08290	Direito do Mar	Direito do Mar (a criar)
08295	Direito Portuário	Direito Portuário e Marítimo (a criar)
08426	Direito, Gênero e Identidades Plurais	Direito, Gênero e Identidades Plurais
08294	Direito do Consumidor	Direito do Consumidor (a criar)
08397	Processo Eletrônico	Processo eletrônico (a criar)
08282	Direito Sociedade e Justiça Social	Direito, Sociedade e Justiça Social (a criar)
08299	Direito Penitenciário	Execução Penal (a criar)
08391	Oficina de Prática Jurídica Penal	Oficina de Prática Jurídica Penal (a criar)
08404	Direito da Seguridade Social	Direito da Seguridade Social (a criar)

Referências Bibliográficas

[RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. 6. Ed. – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental, 2021. 203 p.: il. ISBN: 978-65-87878-01-0 Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>](#)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE/FURG. Projeto Político Institucional PPI. Anexo I. Resolução 016/2011 CONSUN. 2011. Disponível em <https://pdi.furg.br/images/stories/documentos/ppi%202011-2022.pdf>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE/FURG. Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI 2019-2021. 2019. Disponível em https://pdi.furg.br/images/PDI_2019-2022_-_21052019.pdf.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E ADMINISTRAÇÃO/COEPEA. Deliberação 039/2013 do Pleno do COEPEA. Disponível em [Nº 039 - Secretaria Executiva dos Conselhos \(furg.br\)](#).

ANEXO I

EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

OBRIGATÓRIAS - 1º ANO

Disciplina: **TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL I**

Lotação: FADIR

Código: a criar

Tipo: Obrigatória

Duração: semestral

Localização no QSL: 1º ano | 1º sem

Pré-requisitos: não há

CARGA HORÁRIA: 60 horas

CRÉDITOS: 04

EMENTA: Introdução ao Direito Civil. A Constitucionalização do Direito Civil. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Personalidade Jurídica e os Direitos da Personalidade. Nome Civil. Pessoa Natural. Capacidade e Incapacidade. Domicílio da Pessoa Natural. Pessoa Jurídica. Principais Características da Pessoa Jurídica. Responsabilidade Civil e Desconsideração da Pessoa Jurídica.

Disciplina: **TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL II**

Lotação: FADIR

Código: a criar

Tipo: Obrigatória

Duração: semestral

Localização no QSL: 1º ano | 2º sem

Carga Horária: 60 horas

Crédito: 04

Pré-requisitos: não há

EMENTA: Os Bens Jurídicos. Classificações. Bem de Família. Teoria Geral dos Fatos Jurídicos. Fatos Jurídicos. Negócios Jurídicos. Atos e Negócios Jurídicos. Fato Ilícito e abuso de Direito. Prescrição e Decadência. A Prova do Negócio Jurídico.

Disciplina: **CIÊNCIA POLÍTICA, ESTADO E CONSTITUIÇÃO**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: 08258

Duração: Anual

Carga Horária Total: 120h

Carga Horária Semanal: 04 Aulas

Créditos: 08

Localização no QSL: 1º ano

Caráter: Obrigatória

Sistema de Avaliação: I

Pré-requisitos: não há

EMENTA: Conceito e fundamentos da ciência política. Ciência política e teoria do estado. Evolução histórica do pensamento político. Nação e Estado. Conceito, origem e extinção do estado. Elemento e conformações do estado contemporâneo teorias justificativas do estado, formas e regimes de governo e de estado. Sistemas representativos. Sistemas eleitorais. Divisão de poderes no estado. Relações entre movimentos sociais, política, estado e direito. A cidadania ecológica. Estado constitucional. Conceito, objeto e fontes e princípios do direito constitucional. Teoria das normas constitucionais. Histórico do constitucionalismo. Poder constituinte e poder de reforma. Mutações constitucionais. Supremacia jurídica da Constituição, interpretação e aplicabilidade das normas constitucionais. Normas constitucionais e controle de constitucionalidade formação constitucional do Brasil. A constituinte e a Constituição de 1988.

Disciplina: **TEORIA GERAL DO DIREITO**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: a criar

Duração: Anual

Carga Horária Total: 120h

Carga Horária Semanal: 04 Aulas

Créditos: 08

Localização no QSL: 1º ano

Caráter: Obrigatória

Sistema de Avaliação: I

Pré-requisitos: não há

EMENTA: Valores humanos, sociais e Direito. Epistemologia da Ciência Jurídica. Teoria do Direito: uma introdução crítica. Direito e Ciência Jurídica. Relação do Direito com outras ciências. A problemática das fontes do direito nos distintos ordenamentos. Direito Positivo e Direito Natural. Escolas Jurídicas mais importantes. Direito Objetivo e Direito Subjetivo. Relação Jurídica. Grandes Sistemas Jurídicos Contemporâneos. Hermenêutica Jurídica A Problemática da Administração da Justiça. Teoria da Norma Jurídica. Teoria do Ordenamento Jurídico. Direito e Linguagem. Direito, Poder e Democracia. Meio Ambiente e Direito. Direito e Desenvolvimento Socioambiental. Direito, Espaços Digitais e Tecnologia.

Disciplina: **HISTÓRIA DO DIREITO**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: 08423

Duração: Semestral Carga Horária Total: 60h

Carga Horária Semanal: 04 Aulas Créditos: 04

Localização no QSL: 1º ano | 1º semestre Caráter: Obrigatória

Sistema de Avaliação: I Pré-requisitos: não há

EMENTA: Conceitos e Princípios da Análise Histórica. Direito da Antiguidade Oriental. Direito da Grécia Antiga. Direito Romano. Direito Medieval. Direito Canônico. Direito Moderno. Direito Contemporâneo. História do Direito Brasileiro (Colônia, Império e República). Contribuições dos Povos Indígenas e Afrodescendentes.

Disciplina: **DIREITO E ECONOMIA**

Lotação: Faculdade de Direito Código: 08424

Duração: semestral Carga Horária Total: 60h

Localização no QSL: 1º ano | 2º semestre Caráter: Obrigatória

Sistema de Avaliação: I Pré-requisitos: não há

EMENTA: Os Reflexos do Pensamento Clássico, Neoclássico e Keynesiano no Direito. Direito e Economia Social. Direito e Marxismo. Law and Economics. Direito e Desenvolvimento Econômico. O Impacto do Neoliberalismo no Direito. Globalização e Blocos Econômicos.

Disciplina: **FILOSOFIA TRANSDISCIPLINAR**

Lotação: Instituto de Educação Código: a criar

Duração: Semestral Carga Horária Total: 60h

Carga Horária Semanal: 04 Aulas Créditos: 04

Localização no QSL: 1º ano - 1º semestre Caráter: Obrigatória

Sistema de Avaliação: I Pré-requisitos: não há

EMENTA: Civilização, Racionalidade e Filosofia. Momentos e expoentes da Filosofia. Filosofia e interfaces histórico-sociais. Modernidade, Naturalismo, Política e Antropologia. Hermenêutica existencial no contexto da filosofia e da Psicologia. Realização Humana na perspectiva filosófico-psicológica.

Disciplina: **SOCIOLOGIA JURÍDICA**

Lotação: Faculdade de Direito Código: 08428

EMENTA: Introdução ao direito penal. História das ideias penais. Princípios limitadores do poder punitivo estatal. Lei penal no tempo e no espaço. Teoria da norma penal. Teoria do delito: conduta, tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade.

Disciplina: **DIREITO PROCESSUAL CIVIL I**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: a criar

Duração: Anual

Carga Horária Total: 120h

Carga Horária Semanal: 04 Aulas

Créditos: 08

Localização no QSL: 2º ano

Caráter: Obrigatória

Sistema de Avaliação: I

Pré-requisitos: Introdução ao Direito Civil – Parte Geral II

EMENTA: Da Teoria Geral do Processo Civil. Evolução Histórica. Fontes. Garantias Constitucionais. Princípios Gerais. Eficácia das Leis no Tempo e no Espaço. Relação Jurídica e Lide. Trilogia da Ciência Processual: ação, jurisdição e processo. Competência. Partes e Terceiros. Advocacia e Ministério Público. Órgão Jurisdicional e os Auxiliares da Justiça. Atos processuais. Formação, suspensão e extinção do processo. Procedimento. Introdução à Ciência Processual e à Prática Forense. Novos meios tecnológicos e inovação no Direito Processual. Introdução ao Processo Eletrônico.

Disciplina: **DIREITO DAS OBRIGAÇÕES**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: a criar

Duração: Semestral

Carga Horária Total: 60h

Carga Horária Semanal: 04 Aulas

Créditos: 04

Localização no QSL: 2º ano | 1º sem

Caráter: Obrigatória

Sistema de Avaliação: I

Pré-requisitos: Introdução ao Direito Civil – Parte Geral II

EMENTA: Constitucionalismo da Relação Obrigacional. Obrigações. Fontes. Classificação e Modalidades das Obrigações. Adimplemento Direto e Indireto. Transferência e Cessão das Obrigações. Inexecução das Obrigações. Inadimplemento. Cláusula Penal. Perdas e Danos. Juros Legais.

Disciplina: **FILOSOFIA, DIREITO E JUSTIÇA**

Lotação: Faculdade de Direito Código: a criar
Duração: Anual Carga Horária Total: 60h
Carga Horária Semanal: 04 Aulas Créditos: 04
Localização no QSL: 2º ano | 2º sem Caráter: Obrigatória
Sistema de Avaliação: I

Pré-requisitos: Filosofia Transdisciplinar

EMENTA: Introdução ao discurso jurídico. Metaética, Ética, Ética Normativa e Ética Aplicada. A questão da eticidade e da moralidade na juridificação. Utilitarismo e Constituição. Liberalismo(s) e Constituição. Comunitarismo e Constituição. A ética do cuidado e a legislação. Paradigmas de validade do direito. O problema da sociedade justa e o papel do Estado e dos cidadãos na (re)construção no Brasil. Ética Aplicada: a questão deontológica na atuação jurídica.

Disciplina: **DIREITOS HUMANOS**

Lotação: Faculdade de Direito Código: a criar
Duração: Semestral Carga Horária Total: 60h
Carga Horária Semanal: 04 Aulas Créditos: 04
Localização no QSL: 2º ano, 1º semestre Caráter: Obrigatória
Sistema de Avaliação: II

Pré-requisitos: não há

EMENTA: Sobre a nomenclatura Direitos Humanos. Os Direitos Humanos como resultado de lutas sociais e políticas. As Nações Unidas (ONU) e os sistemas regionais de proteção dos direitos Humanos. As fases de generalização, especificação e positivação dos Direitos Humanos. O Universalismo e o Relativismo dos Direitos Humanos. Direitos Humanos na era digital. A Agenda 2030 das Nações Unidas.

Disciplina: **MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

Lotação: FADIR Código: a criar
Duração: Semestral Caráter: Obrigatória
Localização no QSL: 2º ano| 2º sem Carga horária total: 60h
Carga horária semanal: 4h/aula Créditos: 04

Sistema de avaliação: I

Pré-requisito: não há

EMENTA: A mudança de paradigma acerca do conflito. Aspectos psicológicos das Práticas Jurídicas. Métodos de resolução de conflitos de forma consensuada. Conciliação: aspectos gerais e procedimento. Negociação: aspectos gerais e métodos de negociação. Mediação: aspectos gerais, suportes teóricos. O processo de mediação. O mediador: papel e habilidades. Contextos de mediação. Tópicos especiais em mediação de conflitos. Práticas dos métodos autocompositivos. Práticas colaborativas em advocacia: atores do processo colaborativo, compromisso de colaboração, procedimentos. Direito Sistêmico. Justiça Restaurativa.

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS 3º ANO

Disciplina: **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: a criar

Duração: Anual

Carga Horária Total: 120h

Carga Horária Semanal: 04 Aulas

Créditos: 08

Localização no QSL: 3º ano

Caráter: Obrigatória

Sistema de Avaliação: I

Pré-requisitos: Direito Constitucional

EMENTA: O direito administrativo no estado constitucional: significado político-jurídico e sociológico. Organização da administração pública no sistema federativo brasileiro. Princípios do direito administrativo. Poderes-deveres da administração pública. Atos administrativos. Contratos administrativos. Licitação. Serviços públicos. Agentes públicos. Servidores públicos. Domínio público. Administração pública e meio ambiente. Intervenção do estado na propriedade e no domínio econômico. Responsabilidade da administração pública e dos agentes públicos. Controle da administração pública: Controle Interno. Controle Externo. Controle pelos Poderes da República. Controle pelo Cidadão: Ações para tutela individual, coletiva e difusa. Direito administrativo e finanças públicas. Panorama geral das receitas públicas. Normas gerais sobre orçamento e despesas públicas. Princípios orientadores. Publicização e acessibilidade das informações públicas. Processo administrativo. Desenvolvimento socioambiental e administração pública.

Disciplina: **DIREITO PROCESSUAL CIVIL II**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: a criar

Duração: Anual

Carga Horária Total: 120h

Carga Horária Semanal: 04 Aulas

Créditos: 08

Localização no QSL: 3º ano

Caráter: Obrigatória

Sistema de Avaliação: I

Pré-requisitos: Direito Processual Civil I

EMENTA: Do Processo de Conhecimento. Procedimento comum e as inovações tecnológicas: pedido; resposta; instrução e julgamento; sentença e coisa julgada. Da tutela provisória: tutela de urgência e tutela de evidência. Dos processos nos tribunais e dos meios de impugnação das decisões judiciais: ordem dos processos e processos da competência originária dos tribunais; sistema recursal: teoria geral e recursos em espécie.

Disciplina: **DIREITO DOS CONTRATOS**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: a criar

Duração: Semestral

Carga Horária Total: 60h

Carga Horária Semanal: 04 Aulas

Créditos: 04

Localização no QSL: 3º ano

Caráter: Obrigatória

Sistema de Avaliação: I

Pré-requisitos: Direito das Obrigações

EMENTA: Introdução ao estudo do direito contratual brasileiro, com ênfase na principiológica e análise dos mais destacados contratos típicos e atípicos, de Direito Privado.

DISCIPLINA: **DIREITO DA RESPONSABILIDADE CIVIL**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: a criar

Duração: Semestral

Carga Horária Total: 60h

Carga Horária Semanal: 04 Aulas

Créditos: 04

Localização no QSL: 3º ano

Caráter: Obrigatória

Sistema de Avaliação: I

Pré-requisitos: Direito das Obrigações

EMENTA: Ementa: Estudo da Teoria Geral da Responsabilidade Civil, evolução, conceito e classificações. Análise das funções da Responsabilidade Civil, suas modalidades e pressupostos, tais como: culpa e risco, ato ilícito, dano (material e imaterial) e nexos de causalidade. Responsabilidade civil em ambientes virtuais.

Disciplina: **DIREITO PENAL II**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: a criar

Duração: Anual

Carga Horária Total: 120h

Carga Horária Semanal: 04 Aulas

Créditos: 08

Localização no QSL: 3º ano

Caráter: Obrigatória

Sistema de Avaliação: I

Pré-requisitos: Direito Penal I

EMENTA: Teoria da pena. Aplicação das penas. Extinção da punibilidade. Estudo de crimes em espécie por meio de aprendizagem baseada em problemas, com ênfase em tipos penais que descrevem condutas criminosas que tenham como alvo ou façam uso de computador, rede de computadores ou dispositivos computacionais conectados à internet.

Disciplina: **PROCESSO E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: a criar

Duração: Anual

Carga Horária Total: 60h

Carga Horária Semanal: 02 Aulas

Créditos: 02

Localização no QSL: 3º ano

Caráter: Obrigatória

Sistema de Avaliação: I

Pré-requisitos: Direito Constitucional

EMENTA: Constituição, hermenêutica e jurisdição constitucional. Supremo Tribunal Federal, judicialização da política e ativismo. Modelos de controle da constitucionalidade e suas influências na jurisdição constitucional do Brasil. Os controles difuso e concentrado de constitucionalidade. Ações Constitucionais do Controle Concentrado.

Disciplina: **OFICINA DE PRÁTICA JURÍDICA CIVIL**

Lotação: FADIR

Código: a criar

Duração: Anual

Caráter: Obrigatória

Localização no QSL: 3º ano

Carga horária total: 60h

Carga horária semanal: 2 horas

Créditos: 02

Sistema de avaliação: II

Pré-requisitos: Direito Processual Civil I

EMENTA: Prática jurídica cível, forense e não forense. Metodologia e elaboração de instrumentos jurídicos, peças e intervenções processuais. Processo coletivo. Processo civil em espaços virtuais. Atividades simuladas.

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS 4º ANO

Disciplina: **METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA**

Lotação: FADIR

Código: a criar

Duração: Semestral

Caráter: Obrigatória

Localização no QSL: 4º ano, 1º semestre

Carga horária total: 30h

Carga horária semanal: 2 horas

Créditos: 02

Sistema de avaliação: II

Pré-requisitos: não há

Ementa: Noções introdutórias à pesquisa científica. Pesquisa científica e pesquisa voltada às atividades jurídicas (legislativa, jurisprudencial e doutrinária). Métodos, técnicas e procedimentos da pesquisa jurídica. Análises qualitativa e quantitativa aplicadas à pesquisa jurídica. Construção e execução de projetos de pesquisa. Produção e comunicação de conhecimento científico. Pesquisa teórica, dogmática e empírica em Direito. Ética na pesquisa.

Disciplina: **DIREITOS REAIS**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: a criar

Duração: Semestral

Carga Horária Total: 60h

Carga Horária Semanal: 4 horas

Créditos: 04

Localização no QSL: 4º ano | 1ª sem

Caráter: Obrigatória

Sistema de Avaliação: I

Pré-requisitos: Direito dos Contratos

EMENTA: Da posse. Da propriedade. Da usucapião. Do direito de vizinhança. Do condomínio. Da propriedade resolúvel. Dos demais tipos de propriedade. Das servidões pessoais. Do usufruto. Da compra e venda. Dos direitos reais. Dos direitos reais de garantia. Direitos reais em perspectiva internacional: aplicação da legislação estrangeira aos direitos reais.

Nome da Disciplina: **DIREITO AMBIENTAL**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: a criar

Duração: Semestral

Carga Horária Total: 60h

Carga Horária Semanal: 04 Aulas

Créditos: 04

Localização no QSL: 2ª semestre | 4º ano Caráter: Obrigatória

Sistema de Avaliação: I Pré-requisitos: não há

EMENTA: Ecologia Social. Evolução da legislação ambiental no Brasil. A Constitucionalização da Proteção Ambiental. Federalismo Ambiental. Bens ambientais. Serviços Ambientais e Pagamento por Serviços Ambientais. A proteção da flora, da fauna, dos recursos hídricos, da biodiversidade, do patrimônio cultural material e imaterial. Estudo de impacto ambiental e Licenciamento Ambiental. Espaços Territoriais Especialmente Protegidos: o Código Florestal e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Política Nacional de saneamento básico e resíduos sólidos. Produção agrícola e regulamentação de agrotóxicos. Terras indígenas e quilombolas. Dano Ambiental. Responsabilidade civil, administrativa e penal por dano ambiental. Jurisdição Ambiental. A Proteção Ambiental no Cenário Internacional.

Disciplina: **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Lotação: Faculdade de Direito Código: 08395

Duração: Anual Carga Horária Total: 120h

Carga Horária Semanal: 04 Aulas Créditos: 08

Localização no QSL: 4º ano Caráter: Obrigatória

Sistema de Avaliação: I Pré-requisitos: Direito Penal I

EMENTA: fundamento do processo penal. Sistemas processuais penais. Princípios do processo penal na constituição. Lei processual penal no tempo e no espaço. Sistemas de investigação preliminar. Ação penal. Jurisdição penal e competência. Sujeitos processuais. Questões e processos incidentes. Medidas cautelares pessoais. Medidas cautelares reais. Intimações. Provas. Processo e procedimento. Procedimento comum: ordinário e sumário. Procedimentos especiais: tribunal do júri; juizados especiais criminais; crimes de tráfico de entorpecentes. Decisões judiciais. Teoria das nulidades. Teoria dos recursos. Recursos em espécie. Ações autônomas impugnativas em matéria penal.

Disciplina: **DIREITO TRIBUTÁRIO**

Lotação: Faculdade de Direito Código: a criar

Duração: Anual Carga Horária Total: 120h

Carga Horária Semanal: 04 Aulas Créditos: 08
Localização no QSL: 4º ano Caráter: Obrigatória
Sistema de Avaliação: I Pré-requisitos: Direito Administrativo
EMENTA: Noções de Direito Financeiro. Tributo e espécies tributárias. Sistema Tributário Constitucional. Normas gerais de Direito Tributário. Obrigação Tributária. Crédito Tributário. Administração Tributária. Tributos em espécie. Temas de Direito Tributário Digital. Noções de processo administrativo tributário.

Disciplina: **DIREITO PROCESSUAL CIVIL III**

Lotação: Faculdade de Direito Código: a criar
Duração: Semestral Carga Horária Total: 60h
Carga Horária Semanal: 4 Aulas Créditos: 4
Localização no QSL: 4º ano, 2º semestre Caráter: Obrigatória
Sistema de Avaliação: I Pré-requisitos: Direito Processual Civil II
EMENTA: Do processo de Execução. Da fase de cumprimento de sentença. Responsabilidade Patrimonial, efetividade do cumprimento das medidas constritivas e novas tecnologias. Meios de Defesa. Execução contra a Fazenda Pública. Execução de Alimentos. Procedimentos Especiais: Ação de consignação em pagamento. Ação de exigir contas. Ações possessórias. Ação de divisão e demarcação de terras particulares. Ação de dissolução parcial de sociedade. Inventário e Partilha. Embargos de terceiro. Oposição. Habilitação. Ações de Família. Ação Monitória. Homologação do penhor legal. Regulação de avaria grossa. Restauração de autos. Procedimentos de Jurisdição Voluntária. Arbitragem.

Disciplina: **DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Lotação: FADIR Código: a criar
Duração: semestral Caráter: Obrigatória
Localização no QSL: 4º ano, 1º semestre Carga horária total: 30 horas
Carga horária semanal: 2 horas Créditos: 02
Sistema de Avaliação: I Pré-requisitos: Direito Constitucional
Ementa: Conceito e Definição de Seguridade Social. A composição da Seguridade Social: Saúde, Previdência e Assistência. Seguridade Social como direito fundamental.

Princípios Constitucionais. Assistência Social. Saúde. Previdência Social. Modelos de sistemas previdenciários (capitalização e repartição). Regimes Previdenciários. Regime Geral de Previdência Social. Benefícios Previdenciários: Aposentadoria por Tempo de Contribuição; Aposentadoria Por Idade; Aposentadoria por invalidez; Auxílio-Doença; Pensão por morte; Auxílio Reclusão; Salário-Maternidade. Custeio da Seguridade Social. Regimes Próprios de Previdência. Previdência Complementar. Reforma Previdenciária. Judicialização da Seguridade Social. Processo Administrativo Previdenciário. Processo Judicial Previdenciário.

Disciplina: **DIREITO DO TRABALHO I**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: a criar

Duração: Semestral

Carga Horária Total: 60h

Carga Horária Semanal: 04 Aulas

Créditos: 04

Localização no QSL: 4º ano | 1º sem

Caráter: Obrigatória

Sistema de Avaliação: II

Pré-requisitos: Direito Constitucional

EMENTA: Trabalho e modo de produção econômico capitalista. Formas Sociais. Estado e Formas Políticas. Trabalho abstrato e trabalho imaterial. Trabalho e Capitalismo: assalariamento da mão de obra. Trabalho da mulher. Trabalho precarizado. História e Direito do Trabalho. Princípios Relativos ao Capital e Trabalho. Contrato Individual de Trabalho. Sujeitos do Contrato: empregado. Sujeitos do Contrato: empregador. Duração do Trabalho. Remuneração.

Disciplina: **DIREITO DO TRABALHO II**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: a criar

Duração: Semestral

Carga Horária Total: 60h

Carga Horária Semanal: 04 Aulas

Créditos: 04

Localização no QSL: 4º ano | 2º sem

Caráter: Obrigatória

Sistema de Avaliação: II

Pré-requisitos: Direito do Trabalho I

EMENTA: Alteração, Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho. Garantias de Emprego. Férias, Aviso Prévio, FGTS. Estabilidade. Segurança e Medicina do Trabalho. Direito do Menor e Direito da Mulher. Direito Coletivo e Direito de Greve.

Disciplina: **PRÁTICA JURÍDICA SOCIAL I**

Lotação: FADIR

Código: 08393

Duração: Anual

Caráter: Obrigatória

Localização no QSL: 4º ano

Carga horária total: 150h

Carga horária semanal: 5h/ aula

Créditos: 10

Sistema de avaliação: II

Pré-requisitos: Direito Processual Civil II

Ementa: Visitações a ambientes públicos de prática jurídica. Assistência de audiências de conciliação e julgamentos nos distintos ambientes do poder judiciário. Plantão semanal de atendimento ao público para assessoria e assistência judicial, abrangendo orientações, consultas, mediações, conciliações, ingresso de ações judiciais e prática de atos extrajudiciais, em nível júnior. Fomento de atividades de assessoria às coletividades visando promoção e exercício de seus direitos. Exercício de prática jurídica real no âmbito dos programas e projetos de extensão da faculdade de direito em nível júnior.

Disciplina: **TRABALHO DE CURSO I**

Lotação: FADIR

Código: a criar

Duração: Semestral

Caráter: Obrigatória

Localização no QSL: 2º sem | 4º ano

Carga horária total: 30h

Carga horária semanal: 2h/aula

Créditos: 02

Sistema de avaliação: II

Pré-requisitos: Metodologia da Pesquisa Jurídica

Ementa: Elaboração do projeto do Trabalho de Curso. Tema, problema, hipótese e referencial teórico. Desenho metodológico. Aprovação do Projeto de Trabalho de Curso.

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS 5º ANO

Disciplina: **DIREITO INTERNACIONAL**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: 08281

Duração: Anual

Carga Horária Total: 60h

Carga Horária Semanal: 2h/ aula

Créditos: 02

Localização no QSL: 5º ano

Caráter: Obrigatória

Sistema de Avaliação: I

Pré-requisitos: Ciência Política, Estado e Constituição.

EMENTA: Fundamentos e princípios do direito internacional público contemporâneo. Fontes do direito internacional. Direito Interno e Direito Internacional. Os sujeitos do direito internacional (Estados, Organizações Internacionais e Indivíduos) e seu ordenamento. A proteção internacional dos direitos da pessoa humana. Controle de convencionalidade. Conflitos internacionais, meios de regulação e de solução. Responsabilidade internacional. Jurisdição internacional, principais organismos internacionais e suas funções. Regimes jurídicos internacionais contemporâneos. Direito internacional privado: importância, funcionamento e instrumentos. Cooperação jurídica internacional. Mobilidade humana internacional.

Disciplina: **OFICINA DE PRÁTICA JURÍDICA PENAL**

Lotação: FADIR

Código: a criar

Duração: Anual

Caráter: Obrigatória

Localização no QSL: 5º ano

Carga horária total: 60h

Carga horária semanal: 2h/ aula

Créditos: 02

Sistema de avaliação: II

Pré-requisitos: Direito Processual Penal

Ementa: Metodologia e elaboração de instrumentos jurídicos, peças e intervenções processuais penais. Atividades simuladas.

Disciplina: **DIREITO DE FAMÍLIA**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: a criar

Duração: Semestral

Carga Horária Total: 60h

Carga Horária Semanal: 04 Aulas

Créditos: 04

Localização no QSL: 1º semestre do 5º ano

Caráter: Obrigatória

Sistema de Avaliação: I

Pré-requisitos: Direito dos Contratos

EMENTA: O direito de família e a constituição. Casamento: efeitos jurídicos. Regime de bens. Dissolução da sociedade conjugal. União estável: requisitos. Conversão em casamento. Relações de parentesco. Alimentos, adoção, tutela, curatela e bem de família.

Disciplina: **DIREITO DAS SUCESSÕES**

Lotação: Faculdade de Direito Código: a criar
Duração: Semestral Carga Horária Total: 60h
Carga Horária Semanal: 04 Aulas Créditos: 04
Localização no QSL: 2º semestre do 5º ano Caráter: Obrigatória
Sistema de Avaliação: I
Pré-requisitos: Direito de Família
Sucessão: Sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e partilha. Aplicação da legislação estrangeira aos direitos de família e sucessões

Disciplina: **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO I**

Lotação: Faculdade de Direito Código: a criar
Duração: Semestral Carga Horária Total: 30h
Carga Horária Semanal: 02 Aulas Créditos: 02
Localização no QSL: 5º ano | 1º sem Caráter: Obrigatória
Sistema de Avaliação: II Pré-requisitos: Direito do Trabalho II
EMENTA: Direito Processual e Capitalismo. Princípios de Direito Processual do Trabalho. Competência. Direito de Ação. Reclamação Trabalhista. Defesa. Direito Probatório. Sentença.

Disciplina: **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO II**

Lotação: Faculdade de Direito Código: a criar
Duração: Semestral Carga Horária Total: 30h
Carga Horária Semanal: 02 Aulas Créditos: 02
Localização no QSL: 5º ano | 2º sem Caráter: Obrigatória
Sistema de Avaliação: II Pré-requisitos: Direito do Trabalho II
EMENTA: Recursos Trabalhistas. Embargos Declaratórios. Recurso Ordinário. Agravo de Instrumento. Agravo Regimental. Recurso de Revista.

Disciplina: **OFICINA DE PRÁTICA TRABALHISTA**

Lotação: Faculdade de Direito Código: a criar
Duração: semestral Carga Horária Total: 15h
Carga Horária Semanal: 01 horas Créditos: 01

Localização no QSL: 5º ano | 2º sem

Caráter: Obrigatória

Sistema de Avaliação: II

Pré-requisitos: Direito do Trabalho II

EMENTA: Exercício da prática jurídica simulada trabalhista. Elaboração de peças jurídicas relacionadas ao direito do trabalho, de natureza individual e em dissídios coletivos, simulação da atuação nas distintas profissões jurídicas na área trabalhista.

Disciplina: **DIREITO EMPRESARIAL**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: a criar

Duração: Anual

Carga Horária Total: 120h

Carga Horária Semanal: 04 Aulas

Créditos: 08

Localização no QSL: 5º ano

Caráter: Obrigatória

Sistema de Avaliação: I

Pré-requisitos: Direito Reais

EMENTA: O empresário e a sociedade empresária: conceituação, constituição, dissolução, estabelecimento e nome empresarial. Os tipos de sociedades empresariais. Títulos de créditos: definição, classificação, exigibilidade, próprios e impróprios. Preferências e privilégios creditícios. A sociedade empresária em crise: definição e consequências. A falência e o processo falimentar. A administração, os efeitos e os credores da falência. A recuperação da empresa: judicial e extrajudicial. O processo judicial. A empresa na ordem internacional contemporânea e o desenvolvimento socioambiental. Direito empresarial e Proteção de Dados.

Disciplina: **PRÁTICA JURÍDICA SOCIAL II**

Lotação: FADIR

Código: 08394

Duração: Anual

Caráter: Obrigatória

Localização no QSL: 5º ano

Carga horária total: 150h

Carga horária semanal: 5h/ aula

Créditos: 10

Sistema de avaliação: II

Pré-requisitos: Prática Jurídica Social I

Ementa: Plantão semanal de atendimento ao público para assessoria e assistência judicial, abrangendo orientações, consultas, mediações, conciliações, ingresso de ações judiciais e prática de atos extrajudiciais, em nível sênior. Fomento de atividades de assessoria às coletividades visando promoção e exercício de seus direitos. Exercício de prática jurídica

real no âmbito dos programas e projetos de extensão da faculdade de direito em nível sênior.

Disciplina: **TRABALHO DE CURSO II**

Lotação: FADIR

Código: a criar

Duração: Semestral

Caráter: Obrigatória

Localização no QSL: 1º sem | 5º ano

Carga horária total: 30h

Carga horária semanal: 2h/aula

Créditos: 02

Sistema de avaliação: II

Pré-requisitos: Trabalho de Curso I

Ementa: Desenvolvimento do Trabalho de Curso. Redação acadêmica e padronização.

Defesa do Trabalho de Curso perante banca examinadora. Revisão da versão final.

ANEXO II
EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS

Disciplina: **CRIMINOLOGIA**

Lotação: Faculdade de Direito Código: 08302
Duração: Anual Carga Horária Total: 90h
Carga Horária Semanal: 03 Aulas Créditos: 06
Localização no QSL: 1º ano Caráter: Optativa
Sistema de Avaliação: I Pré-requisitos: nenhum

EMENTA: História da criminologia. As escolas criminológicas. Conteúdos e limites do objeto da criminologia e suas relações com as demais ciências criminais. Importância da criminologia. Funções e perspectivas da criminologia. As principais teorias sobre a criminalidade.

Disciplina: **NOÇÕES DE ECONOMIA**

Lotação: ICEAC Código: a criar
Duração: Semestral Carga Horária Total: 45h
Carga Horária Semanal: 03 Aulas Créditos: 03
Localização no QSL: 1º ano | 1º sem Caráter: Optativa
Sistema de Avaliação: I Pré-requisitos: nenhum

EMENTA: Escolas do Pensamento Econômico. Noções de Economia Monetária. Grandes Agregados Macroeconômicos. Noções sobre Comércio Internacional. Formação e Funcionamento dos Blocos Econômicos.

Disciplina: **LIBRAS**

Lotação: ILA Código: 06386
Duração: Anual Carga Horária Total: 120h
Carga Horária Semanal: 04 Aulas Créditos: 08
Localização no QSL: 1º ano Caráter: Optativa
Sistema de Avaliação: I Pré-requisitos: nenhum

EMENTA: Conhecimentos gerais sobre a identidade e a cultura surda Língua Brasileira de Sinais LIBRAS, sistema linguístico de natureza visual-motora, sua estrutura e gramática.

Disciplina: DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Lotação: FADIR

Código: a criar

Duração: Semestral

Caráter: Optativa

Localização no QSL: 1º ano | 2º sem

Carga horária total: 45h

Carga horária semanal: 3h/aula

Créditos: 03

Sistema de avaliação: I

Pré-requisitos: não há

Ementa: Convenções Internacionais. Direito dos Povos Indígenas e Quilombolas na Constituição Federal. Estatuto do índio. Estatuto da igualdade racial.

Disciplina: SOCIOLOGIA

Lotação: ICHI

Código: 09318

Duração: Semestral

Caráter: optativa

Localização no QSL: 1º ano | 1º sem

Carga horária: 45 horas

Carga horária semanal: 3 horas

Créditos: 3 horas

Sistema de Avaliação: I

Pré-requisitos: não há

Ementa: O que é sociologia, contexto histórico do surgimento da sociologia, o iluminismo e o positivismo; a sociologia como ciência - integração social, conflito e transformação e o método compreensivo; teorias sociológicas contemporâneas e corporeidade.

Disciplina: DIREITO DO MAR

Lotação: Faculdade de Direito

Código: a criar

Duração: semestral

Carga Horária Total: 45h

Carga Horária Semanal: 03 Aulas

Créditos: 03

Localização no QSL: 2º ano| 1º sem

Caráter: Optativa

Sistema de Avaliação: I

Pré-requisitos: nenhum

EMENTA: História das conferências das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. O regime jurídico da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1982). Mar territorial, zona contígua, zona econômica exclusiva, plataforma continental, alto mar e

Área. Sistemas de solução de controvérsias relativas ao direito do mar. Tribunal Internacional do Direito do Mar. Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos.

Disciplina: **HISTÓRIA DAS IDEIAS JURÍDICAS**

Lotação: Faculdade de Direito Código: 08305
Duração: semestral Carga Horária Total: 45h
Carga Horária Semanal: 03 Aulas Créditos: 03
Localização no QSL: 2º ano | 1º sem Caráter: Optativa
Sistema de Avaliação: I

Pré-requisitos: História do Direito; Ciência Política, Estado e Constituição

EMENTA: História das ideias jurídico-políticas. Objeto. Método. Importância da história das ideias para o direito. Ser e devir. Antigos e modernos. As questões perenes: homem, natureza, sociedade, deus e história. O pensamento jurídico-político moderno: a secularização e o desenvolvimento do racionalismo científico. A ciência como religião. As linguagens do ideário político e o direito.

Disciplina: **DIREITO COMPARADO**

Lotação: FADIR Código: 08421
Duração: Semestral Caráter: Optativa
Localização no QSL: 2º ano | 1º sem Carga horária total: 45h
Carga horária semanal: 3h/aula Créditos: 03
Sistema de avaliação: I Pré-requisitos: não há

Ementa: Objetivos e Métodos de Direito Comparado. Famílias de Direito. Família Romano Germânica. Família do Common Law. Sistema Jurídico dos Países Socialistas. Sistema Jurídico dos Países Muçulmanos. Direito Comparado na Ásia, África e América Latina.

Disciplina: **BIODIREITO**

Lotação: FADIR Código: 08398
Duração: Semestral Caráter: Optativa
Localização no QSL: 2º ano | 2º sem Carga horária total: 45h
Carga horária semanal: 3h/aula Créditos: 03

Sistema de avaliação: I

Pré-requisitos: não há

Ementa: introdução ao biodireito. Interfaces entre a bioética e o direito. Fundamentos da bioética: correntes e postulados. Fontes imediatas do biodireito. Temas de bioética e suas repercussões jurídicas. Proteção jurídica do corpo e da saúde humanas. Declarações e documentos internacionais sobre bioética e genoma humano. Principais leis, normativas e decisões tratando de temas de biogenética.

Disciplina: **DIREITO PORTUÁRIO E MARÍTIMO**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: a criar

Duração: semestral

Carga Horária Total: 45h

Carga Horária Semanal: 03 Aulas

Créditos: 03

Localização no QSL: 3º ano | 1º sem

Caráter: Optativa

Sistema de Avaliação: I

Pré-requisitos: nenhum

EMENTA: Modernização portuária. Porto organizado. Porto público. Terminais privativos. Operadores portuários. Trabalho portuário. Multifuncionalidade. O Porto e as relações com o Direito Marítimo. Direito marítimo e seus conceitos elementares. Navio, aspectos gerais. Serviços auxiliares da navegação. Contratos no transporte marítimo. Sistemática Geral do Direito Aduaneiro

Disciplina: **DIREITO COOPERATIVO E CIDADANIA**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: 08298

Duração: semestral

Carga Horária Total: 45h

Carga Horária Semanal: 03 Aulas

Créditos: 03

Localização no QSL: 3º ano | 1º sem

Caráter: Optativa

Sistema de Avaliação: I

Pré-requisitos: nenhum

EMENTA: História do cooperativismo – princípios do cooperativismo – as bases do cooperativismo popular – distinção entre empresa capitalista e empreendimento cooperado - ordenamento jurídico do cooperativismo – cooperativismo e economia popular solidária – políticas públicas e cidadania

Disciplina: **POLÍTICA CRIMINAL TRANSNACIONAL**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: 08399

DISCIPLINA: SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

Lotação: ICHI Código: 10776
Duração: Semestral Caráter: optativa
Localização no QSL: 1º semestre do 3º ano. Carga horária total: 30
Carga horária semanal: 2 horas Créditos: 2
Sistema de Avaliação: I Pré-requisito: nenhum

EMENTA: Estudar e analisar a construção social e histórica do conceito de raça e etnicidade. Compreender discussões sociológicas sobre desigualdade, meritocracia e educação. Políticas afirmativas e discussão com perspectiva didático-pedagógica. Aspectos sociais e antropológicos referentes às comunidades tradicionais, implicações ideológicas e o respeito à particularidade da diversidade. Análise e questionamento da construção de estereótipos e pré-concepções da história social e das políticas públicas e ações afirmativas no Brasil.

Disciplina: PROPRIEDADE INTELECTUAL

Lotação: FADIR Código: 08385
Duração: Semestral Caráter: Optativa
Localização no QSL: 3º ano | 2º sem Carga horária total: 45h/aula
Carga horária semanal: 3h/aula Créditos: 03
Sistema de avaliação: I Pré-requisito: Nenhum

Ementa: Histórico da proteção jurídica da propriedade intelectual. Pressupostos constitucionais do direito da propriedade intelectual. Objetos da propriedade intelectual. O direito autoral e sua regulação no Brasil. O direito de marcas e patentes e sua regulação no Brasil. Proteção internacional da propriedade intelectual.

Disciplina: DIREITO E INTEGRIDADE

Lotação: Faculdade de Direito Código: 08400
Duração: Semestral Caráter: Optativa
Localização no QSL: 3º ano | 2º sem Carga horária total: 45 horas
Carga horário semanal: 3 horas Créditos: 3
Sistema de avaliação: I Pré-requisito: Direito Penal I (08263)

Ementa: Regime de proibição global da corrupção. Quadro normativo internacional e interamericano. Quadro normativo brasileiro. Corrupção, direito penal e direito administrativo-sancionador. Corrupção no setor público e corrupção no setor privado. Corrupção e direitos humanos. Responsabilidade e justiça social. Programas de integridade. Acordos de leniência. Instrumentalização do combate à corrupção.

Disciplina: **DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Lotação: Faculdade de Direito Código: 08405

Duração: Semestral Caráter: Optativa

Localização no QSL: 3º Ano | 2º sem Carga horária total: 45 horas

Carga horário semanal: 3 horas Créditos: 3

Sistema de avaliação: I

Pré-requisito: Ciência Política, Estado e Constituição

EMENTA: A política social no contexto da sociedade de classe. As políticas sociais distributivas, redistributivas e regulatórias. Análise do processo de institucionalização da política social no Brasil. As diretrizes das políticas sociais dos governos. Governo, desenvolvimento e políticas públicas. Instituições e institucionalismo jurídico Formação jurídica dos arranjos institucionais, na lógica de um “regime de efeitos”. Judicialização da política e ativismo jurídico. Políticas setoriais e implicações jurídicas.

Disciplina: **CONFLITOS DE GÊNERO E SISTEMAS DE JUSTIÇA**

Lotação: Faculdade de Direito Código: 08406

Duração: Semestral Caráter: Optativa

Localização no QSL: 3º Ano; 2º semestre Carga horária total: 45 horas

Carga horário semanal: 3 horas Créditos: 3

Sistema de avaliação: I Pré-requisito: nenhum

Ementa: Teorias sobre gênero. Estudos feministas. Teorias acerca do conflito e suas relações com gênero. Sistemas de justiça: estatais e não estatais. Administração de conflitos de gênero. Práticas, discursos e experiências de gestão de conflitos de gênero em espaços estatais e não estatais.

Disciplina: **DIREITO URBANÍSTICO**

coletivas de consumo. Responsabilidade na relação de consumo. A relação de consumo em espaços virtuais. Desconsideração da personalidade jurídica. Sanções administrativas.

Disciplina: **LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE**

Lotação: Faculdade de Direito Código: 08303
Duração: semestral Carga Horária Total: 45h
Carga Horária Semanal: 03 Aulas Créditos: 03
Localização no QSL: 1º semestre do 4º ano Caráter: Optativa
Sistema de Avaliação: I Pré-requisitos: Direito Penal II
EMENTA: Crimes pertinentes a legislações tais como: estatuto do idoso. Lei da tortura. Lei de abuso de autoridade. Crimes de genocídio, racismo, intolerância religiosa e sexual. Lei do meio ambiente. Lei de biossegurança. Estatuto do desarmamento. Lei de sonegação fiscal. “lavagem” de capitais. Crime organizado, entre outras.

Disciplina: **DIREITO EDUCACIONAL**

Lotação: FADIR Código: 08384
Duração: Semestral Caráter: Optativa
Localização no QSL: 7º semestre (4º ano) Carga horária total: 45h/aula
Carga horária semanal: 3h/aula Créditos: 03
Sistema de avaliação: I Pré-requisito: Nenhum
Ementa: Conceitos básicos: educação, ensino e aprendizado. Interfaces entre o direito e a educação. Histórico do direito educacional brasileiro. Fundamentos constitucionais do direito educacional. A lei de diretrizes e bases da educação. Direito à educação. Direito ao ensino. Direito a ensinar.

Disciplina: **DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E COM HIPOSSUFICIÊNCIA PSICOSSOCIAL**

Lotação: FADIR Código: 08422
Duração: Semestral Caráter: Optativa
Localização no QSL: 1º semestre do 4º ano Carga horária total: 45 h
Carga horária semanal: 3 h Créditos: 3
Sistema de avaliação: I Pré-requisito: não possui

Ementa: Proteção e promoção humana(s) na perspectiva dos novos direitos. A pessoa com deficiência na Constituição. A proteção jurídica da pessoa com deficiência. Psicopatologia jurídico-social do stress funcional. Desafios jurídicos do comportamento psicopatológico: delito ou doença. Resignificação de necessidades psíquicas, de subjetividade e de controle de (i)licitude. Sequestro da subjetividade no mundo do trabalho e suas consequências psicopatológicas (violência funcional e violência funcional derivada). Assistência jurídica à pessoa portadora de sofrimento psíquico.

Equivalência: não possui.

Disciplina: **DIREITO ECONÔMICO CONSTITUCIONAL**

Lotação: FADIR

Código: 08380

Duração: Semestral 3

Caráter: Optativa

Localização no QSL: 4º ano (8º semestre)

Carga horária total: 45h

Carga horária semanal: 3h/aula

Créditos: 03

Sistema de avaliação: I

Pré-requisito: Direito Constitucional

Ementa: A economia e o direito: a Inter-relação das ciências jurídicas e econômicas. Direito econômico: definição. Objeto. Autonomia. Fontes. Normas; Panorama da relação entre Estado e economia no Brasil e no mundo. Liberalismo, intervencionismo, neoliberalismo. Ordem Econômica Constitucional. A ordem econômica na Constituição de 1988. Princípios Constitucionais da ordem econômica. Intervenção do Estado na Economia: Formas de ação do Estado na economia. Ordenação, participação e indução.

Disciplina: **PROCESSO ELETRÔNICO**

Lotação: FADIR

Código: a criar

Duração: Semestral

Caráter: Optativa

Localização no QSL: 4º ano | 2º sem

Carga horária total: 30h

Carga horária semanal: 2h/aula

Créditos: 02

Sistema de avaliação: I

Pré-requisito: Direito Processual Civil I

Ementa: O processo eletrônico. Lei 11.419/2006 e resoluções. Documento eletrônico e certificado digital. Sistemas de processo eletrônico. TRT4, TJRS, CNJ, TST, STF, STJ. Escritório sem papel. Inteligência artificial e a Robotização no Poder Judiciário.

Disciplina: **DIREITO, SOCIEDADE E JUSTIÇA SOCIAL**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: a criar

Duração: Semestral

Carga Horária Total: 45h

Carga Horária Semanal: 03 Aulas

Créditos: 03

Localização no QSL: 1º semestre do 5º ano

Caráter: Optativa

Sistema de Avaliação: I

Pré-requisitos: Direito Constitucional; Direitos Humanos

EMENTA: Direito e sociologia. Contexto histórico da sociologia jurídica. Função social do direito. Conceito sociológico do direito. Direito e anomia. Principais referências teóricas da sociologia jurídica. A abordagem marxista do direito. Teoria sistêmica do direito. Direito e mudança social. A sociedade global e os desafios jurídico-políticos contemporâneos. Os limites normativos dos ordenamentos nacionais frente ao estado transnacional. Desenvolvimento e limites ambientais: perspectivas jurídicas. O paradigma da justiça social. Os desafios jurídico-sociológicos contemporâneos para a implementação da justiça social no contexto do estado global.

Disciplina: **EXECUÇÃO PENAL**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: a criar

Duração: semestral

Carga Horária Total: 45h

Carga Horária Semanal: 03 Aulas

Créditos: 03

Localização no QSL: 5º ano | 2º sem

Caráter: Optativa

Sistema de Avaliação: I

Pré-requisitos: Direito Penal I

EMENTA: Aspectos históricos e sociológicos da pena de prisão. Princípios orientadores da execução penal. Lei de execução penal. Órgãos de execução da pena. Processo de Execução Penal. Procedimento Administrativo Disciplinar. Execução da pena e Direitos Humanos: estudo de caso.

EQUIVALÊNCIA: 08299 - Direito Penitenciário

Disciplina: **SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIIS**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: 08301

Duração: semestral

Carga Horária Total: 45h

Carga Horária Semanal: 03 Aulas

Créditos: 03

Localização no QSL: 5º ano | 1º sem

Caráter: Optativa

Sistema de Avaliação: I

Pré-requisitos: nenhum

EMENTA: Sistema Acusatório. Sistema Inquisitório. Sistema Misto. A Verdade no Processo Penal. Inquisitorialismos de Alta e Baixa Intensidade. Democraticidade e Processo Penal Democrático-Constitucional.

Disciplina: **PRÁTICAS AVANÇADAS EM MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: a criar

Duração: Anual

Carga Horária Total: 90h

Carga Horária Semanal: 03 Aulas

Créditos: 06

Localização no QSL: 3º ano

Caráter: Optativa

Sistema de Avaliação: II

Pré-requisitos: Métodos Autocompositivos de Resolução de Conflitos

EMENTA: Aprofundamento em Atividades Simuladas e Reais em Negociações, Conciliações, Mediações, Práticas Restaurativas e Práticas Colaborativas. Supervisão dialogada sobre as práticas realizadas.

Disciplina: **DIREITO HUMANITÁRIO**

Lotação: FADIR

Código: a criar

Duração: Semestral

Caráter: Optativa

Localização no QSL: 2º ano | 2º sem

Carga horária total: 45h

Carga horária semanal: 3h/aula

Créditos: 03

Sistema de avaliação: I

Pré-requisito: Sem pré-requisito

Ementa: Aspectos Jurídicos da Ajuda Humanitária. Convenções de Haia e Genebra. Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Desastres Naturais e Alívio Humanitário. Proteção Jurídica do Refugiado.

Disciplina: **CONSTITUCIONALISMO DIGITAL**

Lotação: FADIR

Código: a criar

Duração: Semestral

Caráter: Optativa

Localização no QSL: 2º ano | 2º sem

Carga horária total: 30h

Carga horária semanal: 2h/aula

Créditos: 02

Sistema de avaliação: I

Pré-requisito: Sem pré-requisito

EMENTA: Constitucionalismo, democracia e internet. As estruturas do Constitucionalismo Digital. Crítica da sociedade em rede e das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e a nova linguagem do/no Direito. Direitos Fundamentais e novas tecnologias. Cidadania e inclusão digital e a esfera pública do ciberespaço.

Disciplina: **ANTROPOLOGIA FILOSÓFICO-JURÍDICA**

Lotação: FADIR

Código: a criar

Duração: Semestral

Caráter: Optativa

Localização no QSL: 1º ano | 2º sem

Carga horária total: 45h

Carga horária semanal: 3h/aula

Créditos: 03

Sistema de avaliação: I

Pré-requisito: Sem pré-requisito

EMENTA: Ciência e objeto; o ser humano no contexto da evolução cósmica, biológica e histórica. Dimensões do humano: espacialidade, temporalidade, corporeidade, existencialidade. A condição humana no contexto das transformações civilizatórias. Direito e instituições e a condição humana.

Disciplina: **PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO**

Lotação: FADIR

Código: 09312

Duração: Semestral

Caráter: Optativa

Localização no QSL: 3º ano

Carga horária total: 60h

Carga horária semanal: 2h/aula

Créditos: 02

Sistema de avaliação: I

Pré-requisito: Sem pré-requisito

EMENTA: Criminologia. Personalidade e Família. Maltrato Infantil. Personalidade e Delinquência. Menores Infratores. Criminoso Neurótico. Abuso Emocional. Eutanásia. Aborto, adoção, agressividade.

DISCIPLINA **DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES I**

Lotação: FADIR

Código: a criar

Duração: Semestral

Caráter: optativa

Localização no QSL: 3º ano | 1º sem Carga horária total: 45h
Carga horária semanal: 3h/aula Crédito: 03
Sistema de Avaliação: I Pré-requisito: sem pré-requisitos

EMENTA: A constituição federal e a proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Análise histórica do tratamento jurídico dispensado às crianças e adolescentes até os dias atuais. O estatuto das crianças e adolescentes: base doutrinária; dos Direitos Fundamentais; da Família Natural; da Família Substituta: Guarda, Tutela e Adoção; da Política de Prevenção; da Política de Atendimento; das Medidas de Proteção; do Conselho Tutelar; do acesso à Justiça da Infância e Juventude;

DISCIPLINA DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES II

Lotação: FADIR Código: a criar
Duração: Semestral Caráter: optativa
Localização no QSL: Carga horária total: 45h
Carga horária semanal: 3h/aula Crédito: 03
Sistema de Avaliação: I Pré-requisito: Direito da Criança e do Adolescente I

EMENTA: A constituição federal e a proteção dos direitos das crianças e adolescentes. O estatuto das crianças e adolescentes: das Medidas Socioeducativas; do Ato Infracional: Direitos individuais e Garantias Processuais; remissão e medidas pertinentes aos pais ou responsáveis; dos Procedimentos e Recursos; do papel do Ministério Público; do papel do Advogado; da Proteção Judicial dos Interesses Individuais Difusos e Coletivos; dos crimes e Infrações contra Crianças e Adolescentes.

Disciplina: DIREITO SINDICAL

Lotação: Faculdade de Direito Código: a criar
Duração: semestral Carga horária total: 45h
Carga horária semanal: 03 horas Créditos: 03
Localização no QSL: 4º ano | 2º sem Caráter: optativa
Sistema de Avaliação: II Pré-requisito: nenhum
Ementa: Direito Coletivo do Trabalho e seus princípios. Participação nos Lucros. Comissões de Conciliação Prévia. Arbitragem e Mediação. Reestruturação Produtiva e

Economia de Plataforma. Direito Internacional do Trabalho. Sindicatos. Liberdade Sindical. Organização Sindical. Entidades Sindicais. Estabilidade. Autodefesa. Convenção Coletiva. Acordo Coletivo. Poder Normativo. Substituição Processual. Ação de Cumprimento. Conflitos Coletivos (Direito de Greve). Relação entre movimentos Sociais e Sindicatos. A Criminalização dos movimentos Sociais.

Disciplina: **TEORIAS CRÍTICAS DO DIREITO E MARXISMO**

Lotação: Faculdade de Direito

Código: a criar

Duração: semestral

Carga Horária Total: 30h

Carga Horária Semanal: 02 horas

Créditos: 02

Localização no QSL: 2º ano | 2º sem

Caráter: Optativa

Sistema de Avaliação: II

Pré-requisitos: Filosofia Transdisciplinar

EMENTA: Pietr Stutchka. Direito e luta de classes. Evgeny Pachukanis. Forma jurídica. Os debates jurídicos da tradição marxista. Gyorg Lukács. Ontologia do jurídico. Ernst Bloch. Justiça e esperança. Louis Althusser. Direito e subjetividade. Nicos Poulantzas. Joachim Hirsch. Alysson Mascaro.